

PONTES E RUAS

de pluralidade epistêmica:

relatos, etnografias e traduções
no enfrentamento à COVID-19
com comunidades
e movimentos sociais



ÁPORO
EDITORIAL



Ana Gretel Echazú Böschemeier
Breno da Silva Carvalho
Karlla Christine Araújo Souza
Maria Betânia Ribeiro Torres
Maria Teresa Nobre (Orgs.)

PONTES
E RUAS

PONTES E RUAS

de pluralidade epistêmica:

**relatos, etnografias e traduções
no enfrentamento à COVID-19
com comunidades
e movimentos sociais**



2022



**PREPARAÇÃO DO TEXTO
E REVISÃO**

Daniela Guanais
Taciana Gava de Menezes

**PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO**

Walklenguer Oliveira

**ARTE DA CAPA E
ILUSTRAÇÕES**

Vinicius Chaves (iniv)

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE****Reitora**

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

**CONSELHO EDITORIAL DAS EDIÇÕES UERN**

José Elesbão de Almeida
Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima
Kalidia Felipe de Lima Costa
Regina Célia Pereira Marques
Maria José Costa Fernandes
José Cezinaldo Rocha Bessa

**CATALOGAÇÃO DA PUBLICAÇÃO NA FONTE.
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

Pontes e Ruas de Pluralidade Epistêmica: relatos, etnografias e traduções no enfrentamento à covid-19 com comunidades e movimentos sociais [recurso eletrônico]. / Ana Gretel Echazú Böschemeier et al(Orgs). – Mossoró, RN: Edições UERN: Áporo Editorial, 2022.

125 p.

ISBN: 978-85-7621-322-2 (E-book).

1. COVID-19 – Pesquisa – Relatos. 2. Comunidades e movimentos sociais - enfrentamento à covid-19 – Pesquisa. 3. Etnografia I. Böschemeier, Ana Gretel Echazú. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

UERN/BC

CDD: 306

Bibliotecário: Jocelania Marinho Maia de Oliveira CRB 15 / 319

SOBRE O LIVRO

O presente livro é o primeiro fruto coletivo das produções que tiveram lugar no marco do projeto de pesquisa-intervenção “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará”, enquadrado dentro da Chamada MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Decit Nº 07/2020 - Pesquisas para enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras síndromes respiratórias agudas graves - Processo: 403104/2020-3.

SUMÁRIO

07	APRESENTAÇÃO: CIÊNCIAS, COLONIZAÇÃO, MEMÓRIA E DIREITOS
11	REDE DE APOIOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS: AGRADECIMENTOS
14	PARTE I: QUESTÕES DE MÉTODO
15	1. Notas metodológicas Ana Gretel Echazú Böschemeier e Breno da Silva Carvalho, Grupo de Trabalho Tradução, <i>Grupo de Trabalho Articulação/Indígena e Grupo de Trabalho Mídias</i>
20	2. Palavras-chave em LIBRAS Jenipher Alyssa de Lima Silva, Maria das Vitorias de Araújo e Maria Jeaniele da Silva Evangelista Dutra, <i>Grupo de Trabalho Acessibilidade</i>
23	PARTE II: VACINA, SAÚDE PÚBLICA E PERCURSO SOCIAL
24	3. Bana Tradução: Pingréwaoga Béma Abdoul Hadi Savadogo, <i>Grupo de Trabalho Tradução</i>
26	4. A importância das vacinas na história da humanidade e da COVID-19 Janeusa Trindade de Souto
37	5. A Revolta da Vacina, uma reflexão Nathalia Maíra Cabral, <i>Grupo de Trabalho Tradução</i>
44	6. A liberdade cá ao sul e seus inimigos Fídias Cavalcanti Freire, <i>Grupo de Trabalho Tradução</i>
50	7. O mundo a partir de olhos dissidentes: não é uma guerra, é uma simbiose Jorge Díaz Fuentes, <i>Grupo de Trabalho Tradução e Grupo de Trabalho de Articulação/Indígena</i>
57	PARTE III – ENTRE ETNOGRAFIAS E REGISTROS
58	8. Notas desde a aldeia Ywaká Pisasu Upé: Mundo Novo Teka Potyguara, <i>Grupo de Trabalho de Articulação/Indígena</i>
60	9. População em situação de rua, das marquises para a luta Matheus Rios Silva Santos, José Vanilson Torres, Davi Campos da Cruz Vieira, Luanda Luz e Maria Teresa Nobre, <i>Grupo de Trabalho de Articulação/Urbano</i>

80 10. Vacina contra COVID-19 para prestadores(as) de serviços e moradores(as) de rua: uma tradução

Tradução: Nathalia Maíra Cabral (texto) e Ingrid Lorena Dantas (texto da imagem),
Grupo de Trabalho Tradução

95 11. ACREVI, reciclando mentes com boas práticas

Enaira Liany Bezerra dos Santos, Karlla Christine Araújo Souza, Maria Betânia
Ribeiro Torres e Yanka Araújo Lima, *Grupo de Trabalho de Articulação/Urbano*

110 PARTE IV: ALGUMA ARTE

111 12. Performance poética: a deusa mãe e seu guri

Tupinambá, *Convidade do Projeto de Extensão Encontro de Saberes/UFRN*

116 LISTA DE CONTRIBUIÇÕES

APRESENTAÇÃO

CIÊNCIAS, COLONIZAÇÃO, MEMÓRIA E DIREITOS

Vários estudos mostram que desde o século XVI, no início da colonização de Abya Yala – que é o nome com o qual os movimentos indígenas começaram a chamar a América Latina –, as doenças epidêmicas dizimaram as populações indígenas, sobretudo a varíola, influenza e o sarampo.¹ Em corpos que não tinham memória de ter atravessado essas doenças, a necropolítica do deixar morrer foi mais forte do que qualquer outra estratégia armada.

1 Malvido (2003).

Paralelamente, o controle do Estado moderno exigiu o controle da vida. Os Estados-Nação começaram a cuidar da vida no interior de suas fronteiras, potenciando suas massas e marginalizando as populações que não cabiam mais no sistema ou não se adaptavam a esse tipo de integração. O racismo estrutural sustentou as premissas do tempo em que a biopolítica (política da vida) floresceu. E foi lá mesmo, nesses espaços socialmente marginalizados, que cientistas organizaram inúmeros experimentos com os “corpos que não importavam”.

Muitas das pessoas que sofreram intervenções científicas indevidas foram indígenas, negras, ciganas, pessoas em situação de rua, pessoas que faziam parte de povos tradicionais. A Alemanha nazista é um exemplo terrível e conhecido, mas também há inúmeros casos no Brasil e no restante da América Latina, onde as intervenções médicas somente confirmaram o poder da vida de

uns(umas) sobre outros(as): esterilizações forçadas em mulheres negras, experimentos com medicamentos em pessoas em situação de prisão, ou internadas em hospitais psiquiátricos, ou em situação de rua. Essas intervenções não se limitavam somente aos corpos individuais: as comunidades também sofreram e sofrem quase diariamente o impacto da biopirataria e crimes ambientais, como o uso de agrotóxicos, em nome do “avanço da ciência”.

Mas também observamos que, durante o auge da pandemia da COVID-19, foi a ciência a ferramenta daqueles(as) que estavam analisando a emergência e dando os contornos das melhores práticas em todos os âmbitos. A ciência podia se aliar às políticas progressistas, aos direitos humanos, aos interesses das comunidades. Por que a ciência pode ser tão destrutiva, mas tão estrategicamente necessária também? Porque a ciência, essa matriz produtora de conhecimentos sobre a sociedade e o mundo, não é feita por uma pessoa só. Ela, para além de produtora, também é um produto: produto da sociedade que a cria. Assim como a ciência não é feita por uma pessoa só, ela também não é construída por um grupo só, nem sequer por uma nação somente. A ciência é feita por muitos olhares, identificações, interesses. E é heterogênea e plural. Mas essa pluralidade não é caótica: ela é um espaço de disputas regulamentadas, onde podemos encontrar diversos posicionamentos que não são somente metodológicos, teóricos e epistemológicos, mas também políticos. Refletindo as tendências sociais mais amplas, alguns desses posicionamentos políticos são excludentes, porém outros – felizmente – são democratizantes e colocam o protagonismo no centro das comunidades para as quais a ciência é produzida. Tal é o caso das perspectivas da ciência que, como a ciência cidadã, em uma tentativa de tornar mais horizontal a troca de conhecimentos, se colocam para ouvir, aprender e trocar saberes. Nesse sentido, acompanhamos e apoiamos o sanitarismo comprometido com uma expansão do direito à saúde de cada povo como direito humano essencial dentro do Brasil. Outras disciplinas podem fazer eco e potencializar esses movimentos: a antropologia, a comunicação social, as políticas públicas, a educação, as letras estrangeiras e a LIBRAS.

O letramento científico é um conceito que mede a imersão de pessoas e comunidades no discurso da ciência como forma de resolver problemas do dia a dia. Mas nosso grupo queria deixar aqui que pensamos que há outros aspectos importantes do letramento científico: lutar para que mais pessoas das comunidades estejam em cursos não somente das humanas, mas também das ciências exatas, biológicas e médicas; exigir da ciência reconhecimento formal dos abusos que ela praticou ao longo da história, demandando transparência e um maior diálogo com os diferentes grupos sociais; reconhecer aquelas práticas da ciência que nos apoiem nas nossas buscas pelo bem viver e pelo cuidado coletivo, fazendo o menor dano possível a nossos corpos, comunidades e ambientes.

Essa é a primeira publicação de livro digital dentro do projeto "Boas Práticas de enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, Paraíba e o Ceará", uma iniciativa de pesquisa-intervenção que se encontra dentro da chamada MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Decit Nº 07/2020 – Pesquisas para enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras síndromes respiratórias agudas graves. Nela se encontram registros das diferentes pessoas que fazem parte deste processo. Na **Parte I – Questões de método**, apresentam-se os indicativos metodológicos e orientações sobre a LIBRAS – indispensáveis para a dinâmica do projeto. Na **Parte II – Vacina, saúde pública e percurso social**, historiciza-se a prática de vacinação e sua dinâmica em diferentes sociedades. A **Parte III – Entre etnografias e registros** privilegia os relatos das comunidades, movimentos e suas lideranças. Por fim, a **Parte IV – Alguma arte** apresenta expressões poéticas dos participantes. Assim, há no conjunto da obra um coro de vozes de militantes, de lideranças comunitárias e indígenas, de referências de movimentos sociais, de artistas populares, cordelistas, estudantes, apoiadores(as) e cientistas.

Nosso processo tem sido de cultivar o esperar, questionar, refletir, fazer luto, lutar e seguir. No interior dele, continuamos a enfrentar a COVID-19 dentro da pandemia do racismo,

do colonialismo e da profunda desigualdade social, lamentando profundamente as perdas que nos atingem todo dia enquanto comunidades e sociedade civil e exigindo resposta estatal perante as milhares de mortes que, até a data, as várias epidemias que nos assolam cobraram dentro do Brasil.

Ana Gretel Echazú Böschemeier
Breno da Silva Carvalho
Coordenação Projeto Boas Práticas

REFERÊNCIA

MALVIDO, E. La epidemiología, una propuesta para explicar la despoblación americana. **Revista de Indias**, v. 63, n. 227, p. 65-78, 2003.

REDE DE APOIOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS

AGRADECIMENTOS

INSTITUIÇÕES, CENTROS, DEPARTAMENTOS E PROGRAMAS:

- Departamento de Antropologia (UFRN)
- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRN)
- Departamento de Políticas Públicas (UFRN)
- Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (UFRN)
- TV e Rádio Universitária (UFRN)
- Bacharelado em Humanidades e Colegiado de História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
- Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (UFCG)
- Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação (UFS)
- Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais e Humanas (UERN)
- Departamento de Gestão Ambiental (Facem/UERN)
- Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFRN)
- Departamento de Psicologia (UFRN)
- Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio - CRDH-MD (UFRN)

- Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da UFS (Fundação Universidade Federal de Sergipe)
- Departamento de Ciências Sociais e Política - DCSP (UERN)
- Departamento de Gestão Ambiental - DGA (UERN)
- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas - PPGCISH (UERN)
- Departamento de Saúde Coletiva (UFRN)
- Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais - PPEUR (UFRN)
- Projeto de Extensão RECânone (DAN/UFRN)
- Projeto de Extensão Encontro de Saberes (DAN/UFRN)
- Projeto de Extensão Cadernos Ateliê: o saber universitário no exercício de intervenções dialógicas (DPP/UFRN)
- Projeto de Extensão Saberes Dialógicos em GPP (UFRN)
- Projeto de Extensão “Onde chegam as políticas públicas: conversando sobre saúde e direitos humanos com populações pesqueiras vulnerabilizadas de Natal-RN” (UFRN)

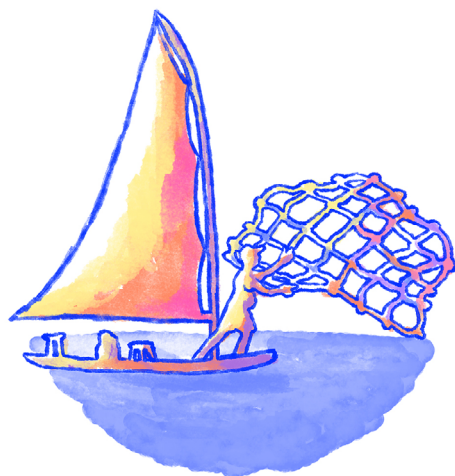
COLABORAÇÕES E PARCERIAS NACIONAIS:

- Movimento da População em Situação de Rua (RN)
- Comunidade Indígena do Amarelão (RN)
- Comunidade indígena de Serra Das Matas (CE)
- ACREVI - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (RN)
- Fórum Vila em Movimento, USF de Ponta Negra
- Comunidade cigana Calon (PB)
- AMBAP - Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas de Pitangui/RN (RN)
- Unidade Acadêmica de Direito (UAD) do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais (UFCG)
- Casa das Áfricas
- CASCA: Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CNPq, Universidade de Brasília)

- Unidade Básica de Saúde de Ponta Negra da Secretaria Municipal de Saúde de Natal
- Secretaria Municipal de Pesca de Extremoz
- Prefeitura de Extremoz
- Subsecretaria Estadual de Agricultura e Pesca do Rio Grande do Norte

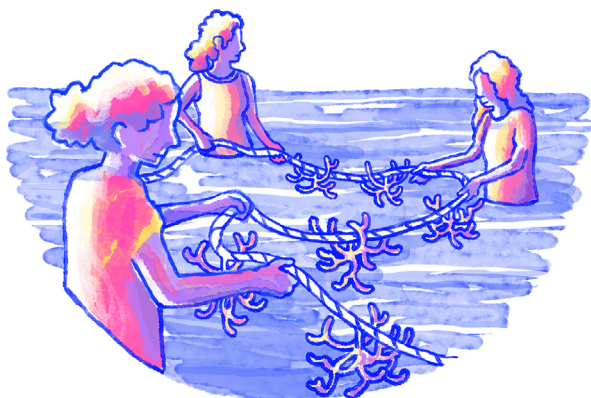
COLABORAÇÕES E PARCERIAS INTERNACIONAIS:

- Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Portugal)
- Universidad Nacional de Quilmes (Argentina)
- Grup de Recerca en Antropologia Fonamental i Orientada (GRAFO) / Departament d 'Antropologia Social i Cultural de la Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha)
- Instituto de Investigaciones Socio Históricas (CISH, Argentina)
- Grupo Latino-Americano em Estudos, Treinamento e Ação Feminista Glefas (México)
- Rede Feminismo(s), Cultura e Poder (México)
- Grupo de Trabalho Saúde Internacional FLACSO (El Salvador)
- Latin America Is Moving Collective (Alemanha, Finlândia)



PARTE I

Questões de Método



NOTAS METODOLÓGICAS

1

Ana Gretel Echazú Böschemeier
Breno da Silva Carvalho
Grupo de Trabalho Tradução
Grupo de Trabalho Articulação/Indígena
Grupo de Trabalho Mídias

Nesta proposta, apresentamos um trabalho em mosaico que inclui tradução, divulgação e reflexão de estratégias de acessibilidade e usabilidade de materiais científicos e comunitários dentro da perspectiva do encontro de saberes,¹ em que os conhecimentos da biomedicina, epidemiologia e outras propostas técnico-científicas são colocados lado a lado com os saberes da tradição e da experiência de cada comunidade. Assim, na base da metodologia aberta e ativa da educação popular em saúde e da educomunicação, situamos nosso trabalho de formação, reflexão e fortalecimento local através de metodologias de pesquisa-intervenção realizadas de forma virtual.

1 Carvalho (2018).

O texto se enquadra dentro da busca ativa de práticas de descolonização dos saberes, apoiando-se nos estudos da interseccionalidade² como chave para a compreensão das múltiplas desigualdades étnico-raciais, de gênero, deficiências, de classe e territoriais e se impulsiona a partir do marco da promoção dos direitos humanos em perspectiva transcultural e popular. Ele está redigido de forma colaborativa e emerge de discussões éticas pautadas nos diversos encontros de formação e articulação que tiveram lugar no decorrer das ações do projeto.

2 Akotirene (2018).

Tecido por coletivos plurais e com perspectivas de mundo e práticas socioculturais diferenciadas, o material proposto se direciona

primeiramente ao fortalecimento das ações em saúde, cultura e direitos humanos das próprias comunidades e movimentos que participaram deste processo.³ De forma concomitante e em uma direção que vai das realidades locais às realidades regionais e nacionais, a publicação se dirige a lideranças comunitárias e de movimentos sociais, agentes comunitários de saúde, docentes de ensino básico e médio, pessoas que trabalham na linha de frente das instituições de saúde, gestores(as) de políticas de saúde, assistência social e educação, acadêmicos(as) engajados em processos de pesquisa-intervenção ou extensão universitária, organizações não governamentais e público em geral. No que diz respeito à abrangência territorial, consideramos que o tema da obra, ao abordar boas práticas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 em populações vulnerabilizadas, tem potencial de despertar interesses em âmbito local, nacional e global, especialmente em países da América Latina que vivenciam contextos aproximados daqueles que vivenciamos no Nordeste brasileiro e no país.

3 Feuerwerker (2007).

O presente texto apresenta parte do trabalho realizado pelo projeto “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 em Comunidades e Territórios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará”, cuja execução se iniciou em agosto de 2020 e se encerrará em 2022. No desenvolvimento da pesquisa, contemplamos o trabalho com lideranças locais de sete comunidades e territórios socialmente vulnerabilizados: comunidade indígena do Amarelão-RN; comunidades indígenas da serra, sertão e contexto urbano vinculadas à FEPOINCE-CE; Movimento da População em Situação de Rua-RN; Catadoras da Associação ACREVI – Reciclando para a Vida de Mossoró-RN; Pescadores da Vila de Ponta Negra/Natal-RN; Maricultoras de Pitangui-RN; e Comunidade Cigana Calon de Sousa-PB.

Como uma forma de enfrentamento ativo ao genocídio e ao epistemicídio⁴ intensificados nas políticas negacionistas do governo atual, construímos espaços de diálogo e fortalecimento. Foi assim que, dentro das principais atividades deste ciclo, os Encontros Formativos foram pensados para a formação coletiva de saberes em saúde popular em perspectiva interseccional e descolonizadora no

4 Carneiro (2011).

meio virtual. Os encontros procuraram aquecer e estreitar a autonomia⁵ e a conexão entre territórios, povos tradicionais, movimentos sociais, gestão em saúde e academia. Assim, abrimos espaços de escuta perante perdas, avanços e retrocessos. O projeto se manteve na mediação de vínculos de resistência pelo bem viver e o acesso a uma ciência cidadã.

O I Encontro Formativo (Figura 1) foi dedicado ao referencial médico sobre a vacina com ênfase nos seus processos de produção e desenvolvimento, tipos existentes, efeitos e consequências da aplicação no organismo humano. Difundidos através de linguagem clara e de modo objetivo, os esclarecimentos prezavam pela transmissão didática e descritiva, como forma de legitimar a perspectiva informativa e orientadora que balizou a atividade. Assim, cumprimos o objetivo de estimular e promover o entendimento por meio de um conhecimento dialógico, com o intuito de contribuir no enfrentamento às *fake news* – seja no que tange à sua formação ou à sua difusão.

5 Freire (1996).

PROJETO BOAS PRÁTICAS APRESENTA

I ENCONTRO DE FORMAÇÃO DA EQUIPE DE ARTICULAÇÃO

TEMA:

VACINAS E PLANOS DE VACINAÇÃO

08 de março de 2021

14h às 16h

O link de acesso será disponibilizado aos grupos minutos antes do início do evento

PROGRAMAÇÃO:

1º Momento - 14h às 15h	2º Momento - 15h às 16h
Atividade & Tema: Acolhimento: apresentação artístico-cultural Exposição e debate: O que precisamos saber sobre as vacinas para Covid-19? Convidadas: Teka Potyguara (Indígena, Serra das Matas/ CE – Integrante GT Indígena-Projeto Boas Práticas) Janeusa Trindade de Souto (Professora UFRN)	Atividade & Tema: Exposição e debate: Como está a execução dos planos de vacinação no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte? Convidadas(os) Magda Moura de Almeida (Representante da Secretaria de Saúde/CE) Kelly Kattiuci Brito de L. Maia (Representante da Secretaria de Saúde Pública/RN) Representante da Secretaria da Saúde/PE (a confirmar)

Figura 1: Chamada para o 1º Encontro Formativo.
Fonte: Arte elaborada por Alinne Dayse.

Já no II Encontro Formativo (Figura 2), privilegiamos o enfoque em questões culturais acerca da experiência e prática de vacinação a partir de relatos históricos e do debate corrente. Ao realizar um breve inventário sobre a importância da descoberta, criação e uso de vacinas, podemos compreender questões associadas à memória coletiva, aos abusos da ciência, às recusas comunitárias e ao acesso ao calendário vacinal na atualidade – principalmente diante de um contexto em que o fármaco assume imprescindibilidade para a vivência humana com maior autonomia, segurança, qualidade e bem-estar.



Figura 2: Chamada para o 2º Encontro Formativo.
Fonte: Arte elaborada por Alinne Dayse.

Ao observarmos a trajetória percorrida, reconhecemos como o percurso construtivo dos Encontros Formativos I e II baseou-se em um fluxo aberto, pautado pela interação e efetiva troca de saberes. A falta de diálogo entre aqueles que possuem o conhecimento em biomedicina com as comunidades vulnerabilizadas deve ser

o foco de um entendimento compartilhado e acessível, uma vez que há interesse, disposição e escuta por parte das lideranças de movimentos sociais e demais integrantes das comunidades. Para tanto, é preciso reconhecer a importância da sensibilização e praticar uma construção discursiva promotora do conhecimento e da atenção sanitária, guiada pela transparência, respeito às particularidades e valorização da vida coletiva.

Desejamos colocar aqui uma nota de agradecimento a Fídias Freire e a Raquel Assunção pela revisão integral do texto, formatação e adequação.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, A. S. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra em América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

CARVALHO, J. Encontro de Saberes: por uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFogel, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FEUERWERKER, L. C. M. Educação na saúde: educação dos profissionais de saúde – um campo de saber e de práticas sociais em construção. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [online], v. 31, n. 1, p. 3-4, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PALAVRAS-CHAVE EM LIBRAS

2

Jenipher Alyssa de Lima Silva
Maria das Vitorias de Araújo
Maria Jeaniele da Silva Evangelista Dutra
Grupo de Trabalho Acessibilidade

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma língua utilizada pela maior parte das comunidades surdas em território brasileiro. Em 2002, foi reconhecida legalmente pela Lei nº 10.436/2002 como uma língua brasileira, com um sistema linguístico autônomo. É uma língua natural das pessoas surdas brasileiras e essencial para o desenvolvimento social e emocional.

O projeto “Boas Práticas” dedica-se à tradução dos materiais com informações relativas às políticas socio sanitárias e de controle relacionados à pandemia da COVID-19 que foram escritos em inglês, em espanhol e em francês. Esses, por sua vez, serão traduzidos para português brasileiro que, posteriormente, serão adaptados em linguagem popular, como vídeos, gráficos, contos, entre outros. E, finalmente, compartilhados com as comunidades minoritárias alvos do projeto através de um trabalho em parceria com as lideranças dessas comunidades. Destarte, o projeto contribui para a produção de conhecimento, bem como para o acesso às informações confiáveis adaptadas às realidades de cada comunidade e território.

O projeto em questão tem o intuito de fornecer informações acessíveis para todas as comunidades, incluindo pessoas com deficiência, como pode ser identificado nas imagens a seguir.

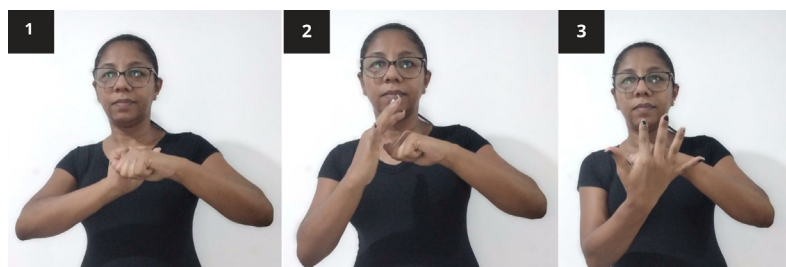


Figura 3: Sinal correspondente à “COVID-19”.
Fonte: Autoras.



Figura 4: Sinal correspondente à “Vacina”.
Fonte: Autoras.



Figura 5: Sinal correspondente à “Direito”.
Fonte: Autoras.

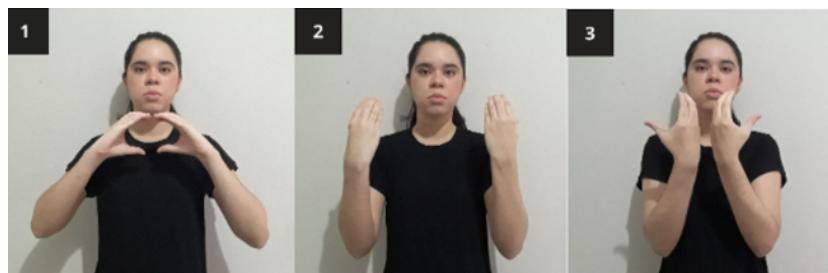


Figura 6: Sinal correspondente à “Comunidade”.
Fonte: Autoras.

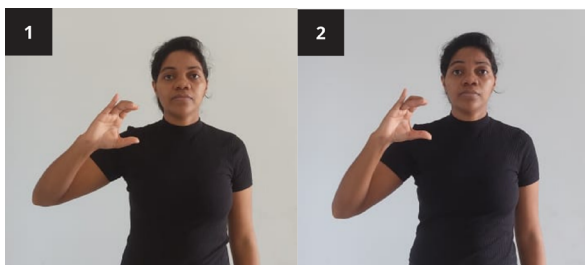


Figura 7: Sinal correspondente à “Ciência”.
Fonte: Autoras.

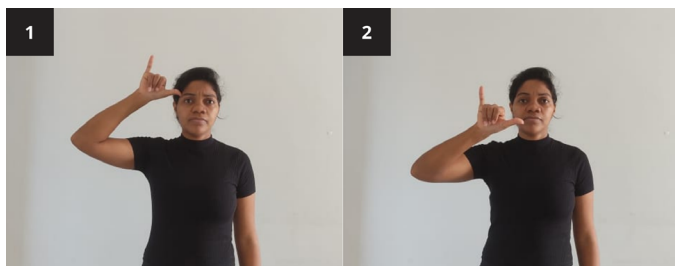


Figura 8: Sinal correspondente à “Evitar”.
Fonte: Autoras.

Nesse sentido, o projeto reforça a importância da LIBRAS e da acessibilidade nos materiais informativos relacionados às boas práticas para o enfrentamento da COVID-19. Para tanto, foi constituído o Grupo de Trabalho Acessibilidade para desenvolver materiais audiovisuais acessíveis com legendagem e com tradução/interpretação de LIBRAS, pois o acesso aos conteúdos veiculados pelos meios audiovisuais é um direito de todas as pessoas.

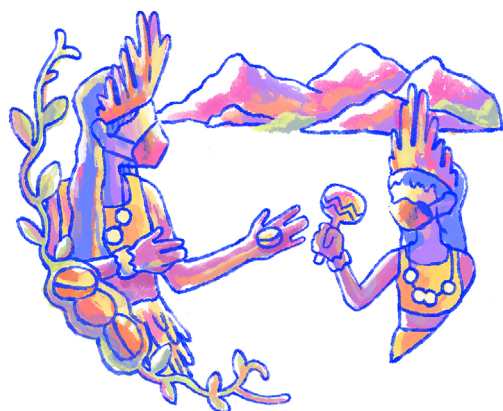
REFERÊNCIA

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.



PARTE ii

Vacina, Saúde Pública e
Percurso Social



Tradução: Pingréwaoga Béma Abdoul Hadi Savadogo
Grupo de Trabalho Tradução

Inimigo só temos a doença

Sim, não há maior infelicidade, nem maior inimigo além da doença

O “melhor rosto” do doente só é visível através de devidos cuidados

Lágrimas tratam-se de desamparo por falta de *djigui*¹ no mundo

É verdade que a infelicidade sabe menosprezar a importância do *djigui*

É quando acontece que realizamos enquanto humano que somos vulneráveis a tudo uma vez que participamos da vida

Falta de cultura do perdão, falta de cultura de empatia

Intenções e feitos más e prejudiciais só levam a desgraça e arrependimentos

É preciso agirmos é preciso mudarmos de mentalidade de comportamento

Cuidemos de nossos doentes cuja sociedade precisa sem medo sem vergonha

* Canção “Sissao”.
A música se encontra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D-M7IUQ0aEvk>.
Acesso em: 4 maio 2021.

¹ Conceito espiritual em línguas Bambara e Diula traduzindo o “*amparo*”, a “*fortaleza*”, o “*sentido* – [existencial de vida]”. Essas diferentes dimensões podem se personificar através de pessoas (independentemente de familiares por vínculo de sangue ou próximos) ou por um Ser (Deus) ou por um acontecimento sócio-histórico que dá ou (re)define a existência, o sentido do viver/ da vida.

A doença seria mercadoria que ninguém o adquiriria nem que seja *mithqoola dzarratin*²

Que Deus nos preserve da doença que nos preserva da infelicidade

Que sejamos sempre dignificados; que dignificamos sempre uns aos outros

2 Noção corânica (Islã) expressando o que é: comparável à menor medida do “*nada/vazio/insignificante/inexistente*”. Agradeço aqui a Gana N’diaye, antropólogo, e Idriss Deme, físico, ambos especialistas em Árabe e Estudos Islâmicos, pela apreensão profunda desse conceito islâmico através da língua árabe. As discussões com eles sempre são de grande intelectualidade, de profunda espiritualidade, e a grande solicitude e o compromisso pelos direitos humanos, pelas causas justas, honram o conhecimento e seus propósitos.

A IMPORTÂNCIA DAS VACINAS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE E DA COVID-19

4

Janeusa Trindade de Souto*

Grupo de Trabalho Mídias

Hoje eu vou falar de uma maneira muito tranquila para que diversas pessoas possam entender e assimilar essa temática. Primeiro eu vou trazer um histórico do surgimento das vacinas. Elas surgiram no final do século XVIII, com o médico e pesquisador Edward Jenner. O pesquisador observou que as mulheres que ordenhavam as vacas tinham adquirido a varíola bovina e que ela agia de uma forma muito branda nos seres humanos.¹

Após o relato de uma das mulheres, contando que não havia ficado doente ao entrar em contato com a varíola convencional, Jenner ficou curioso e deduziu que, ao fazer processo de variação com a pústula do vírus da vaca, as pessoas poderiam ficar mais resistentes. Ele fez esse experimento com James Phipps, de oito anos, filho do seu jardineiro. Ao se passarem duas semanas, Edward aplicou mais uma vez no menino a pústula da varíola humana, observando que ele não havia desenvolvido a doença. Jenner continuou fazendo o mesmo experimento em diversas outras pessoas e concluiu que esse processo de variação era mais eficaz do que outro. Posteriormente, Louis Pasteur fez esse mesmo procedimento para a cólera aviária e teve um bom resultado. Desde então passou a ser usado esse procedimento de Jenner, de microrganismo atenuado, para se vacinar.

* A presente fala foi proferida durante o I Encontro Formativo do projeto “Boas Práticas”, que ocorreu de forma virtual no dia 8 de março de 2021, das 14 às 16 horas. Transcrição e trabalho sobre imagens: Yure Souto. Adaptação do texto e organização das imagens: Ana Gretel Echazú Böschemeier.

1 Nesse momento, a autora exibiu a imagem do quadro de Ernest Board (1877-1934), intitulado “Dr. Jenner realizando sua primeira vacinação, 1796”.

Efetividade das Vacinas para Algumas Doenças Infecciosas Comuns				Maurice Hilleman
Doença	Número Máximo de Casos (Ano)	Número de Casos em 2014	Mudança na Porcentagem	
Difteria	206.939 (1921)	0	-99,99	
Sarampo *	894.134 (1941)	669	-99,93	
Caxumba *	152.209 (1968)	737	-99,51	
Coqueluche	265.269 (1934)	10.631	-95,99	
Pólio (paralisia infantil)	21.269 (1952)	0	-100,00	
Rubéola	57.686 (1969)	2	-99,99	
Tétano	1.560 (1923)	8	-99,48	
<i>Haemophilus influenza</i> tipo B *	~ 20.000 (1984)	34	-99,83	
Hepatite B	26.611 (1985)	1.098	-95,87	

Figura 9: Slide apresentado no I Encontro Formativo.
Fonte: Abbas, Lichtman e Pillai (2019).

Aqui nós podemos ver doenças cujos casos diminuíram consideravelmente (Figura 10). Por exemplo, a difteria, em 1921, tinha mais de 206.000 mil casos, mas com a vacinação ao longo dos anos, em 2014, ela foi considerada erradicada. O sarampo foi reduzido para 669 casos, a pólio foi erradicada nos Estados Unidos. O Brasil, em 2016, recebeu o selo da Organização Mundial da Saúde (OMS) de país livre do sarampo, porque nós tivemos um processo de vacinação muito eficiente ao longo dos anos. Porém, em 2019, nós perdemos esse selo, justamente porque as políticas de vacinação deixaram de ser eficientes, e as pessoas não estavam mais vacinando as suas crianças.

Maurice Hilleman, depois de Edward Jenner, é uma das pessoas mais importantes para a história da vacinação no mundo. Ele foi o maior vacinologista de todos os tempos, tendo sido responsável pela criação de mais de 40 tipos de vacinas diferentes. Essas vacinas marcadas com o asterisco (Figura 9) foram as que ele produziu.

Quais são as características que eu preciso para uma vacina ser efetiva? Preciso que ela seja segura e induza a proteção. A segurança é para que eu garanta que a vacina seja administrada em um grande número de pessoas e que, dentre estas, poucas tenham efeitos colaterais. Por isso, quando estou desenvolvendo uma vacina, ela precisa passar por uma fase pré-clínica e clínica, em laboratório. Assim, garanto que ela não vai causar efeitos adversos graves, mortes ou doenças nas pessoas em que estamos administrando. Uma vacina também deve induzir proteção, fazer

seu papel estimulando o sistema imunológico a produzir a imunidade protetora em uma quantidade alta de pessoas. Essa proteção tem que ser prolongada, ou seja, deve garantir a memória imunológica prolongada (Figuras 10 e 11).

Características para uma vacina efetiva

1. Ser segura.

- as vacinas devem ser administradas em um grande número de pessoas das quais relativamente poucas morreriam da doença ou a contrairiam.

2. Induzir proteção.

- a vacina deve ser capaz de induzir imunidade protetora em uma proporção muito alta das pessoas que a recebem.

Figura 10: Slide apresentado no I Encontro Formativo.
Fonte: Autoria própria.

Características para uma vacina efetiva

3. Induzir proteção prolongada.

- as vacinas devem gerar memória imunológica prolongada.
- Isso é importante sobretudo em países mais pobres, nos quais, muitas vezes, é impraticável a administração de mais de uma dose de uma vacina a populações rurais mais dispersas.

4. Baixo custo.

- as vacinas devem ser de baixo custo para que possam ser administradas a grandes populações.

Figura 11: Slide apresentado no I Encontro Formativo.
Fonte: Autoria própria.

A vacina deve garantir o que se chama imunidade de grupo. Quando começo a vacinar a população, à medida que aumento o percentual de pessoas vacinadas, menos infecções eu vou ter. Precisamos de que pelo menos 70% da população esteja vacinada para que nós possamos ter o controle sobre a pandemia. Essa memória imunológica é importante sobretudo em países mais pobres, nos

quais, muitas vezes, é impraticável a administração de mais de uma dose de uma vacina em populações mais dispersas (Figura 12).

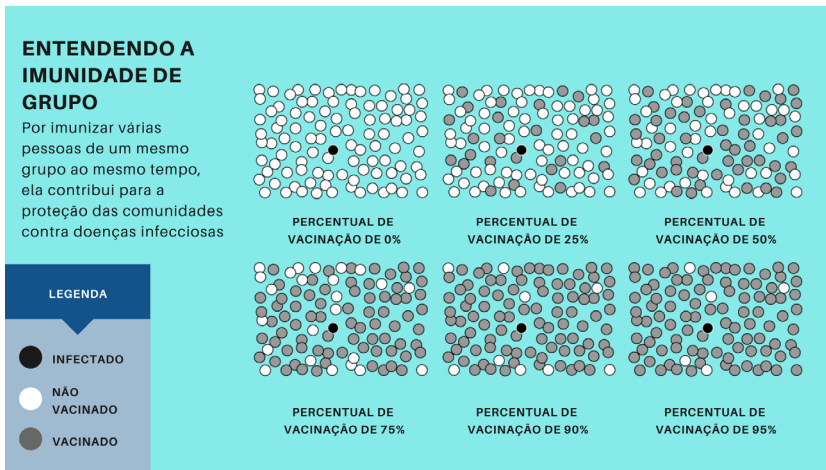


Figura 12: Slide apresentado no I Encontro Formativo. Fonte: Ilustrações de Vinícius Claudino.

Aqui eu trago para vocês os tipos de vacinas que nós temos no nosso calendário de vacinas. Nós temos vacinas de microrganismos atenuados, que é a vacina com o patógeno totalmente atenuado. Aqui, o patógeno atenuado não é capaz de causar a doença, mas ele se replica, provocando o sistema imunológico. As vacinas com organismos inativados são aquelas em que o vírus está “morto”, ele pode ser inativado por raios ultravioleta ou substâncias químicas. Nós temos também as chamadas vacinas acelulares, essas vacinas não possuem o microrganismo inteiro, somente os seus pedaços. Dentro dessas vacinas, nós temos as de toxoide, que são as vacinas feitas com o “veneno” alterado da bactéria. As vacinas de subunidades são feitas com pedaços da estrutura da bactéria ou do vírus, nós já temos vacinas assim, como a da pneumonia e hepatite B. Essas vacinas oferecem uma resposta imunológica muito boa, mas para que a gente atinja essa resposta ela precisa de uma substância chamada adjuvante, que é misturada com ela. Esse adjuvante ajuda a estimular o sistema imunológico. E por fim, temos as vacinas conjugadas. O que seria isso? Eu pego um pedacinho do vírus ou bactéria que eu quero estimular no sistema e junto com outro tipo de vacina, conjugando, unindo as duas, e assim provo uma reação melhor pelo sistema (Figura 13).

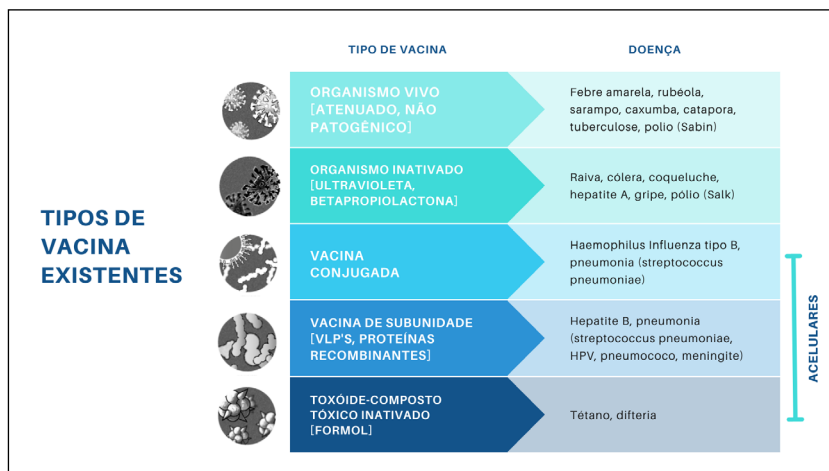


Figura 13: Slide apresentado no I Encontro Formativo. Fonte: Ilustrações de Vinícius Claudino.

E como é que eu faço essa vacina? Como falei para vocês, temos fases de produção para essas vacinas. A fase de pesquisa básica e teste clínicos é responsável por identificar de que família o vírus é, e se ele é um vírus patogênico. Após isso, começam os testes em animais de laboratório para possíveis vacinas. Depois de terem sido realizados os testes clínicos em primatas e outros animais de laboratório, começa a fase de estudos clínicos em seres humanos, e depois as fases 1, 2, 3 e finalmente a fase de registro (Figura 14).

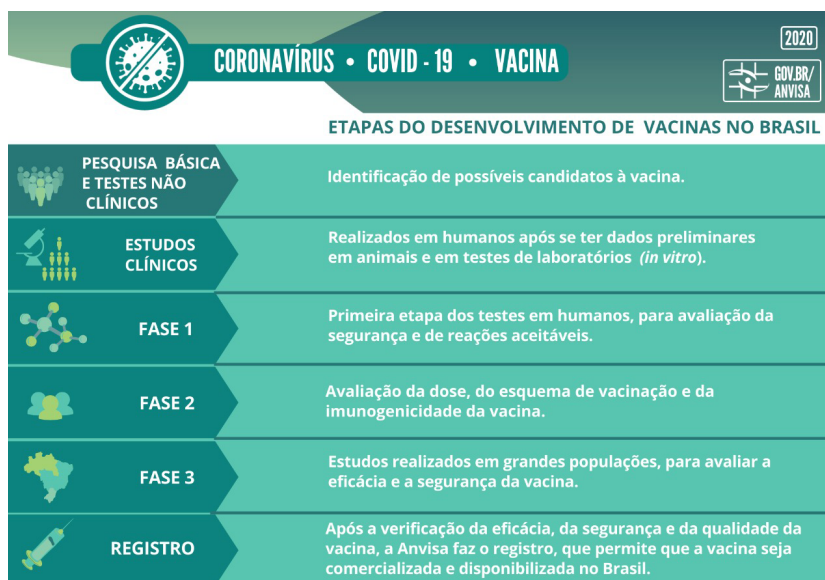


Figura 14: Slide apresentado no I Encontro Formativo. Fonte: ANVISA, 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/vacina-contra-covid-19-dos-testes-iniciais-ao-registro>. Acesso em: 29 jan. 2021.

Neste slide vocês podem ver um pouco sobre o vírus, como ele é, sua estrutura, seu tipo de DNA ou RNA, e como é que ele infecta a célula (Figura 15).

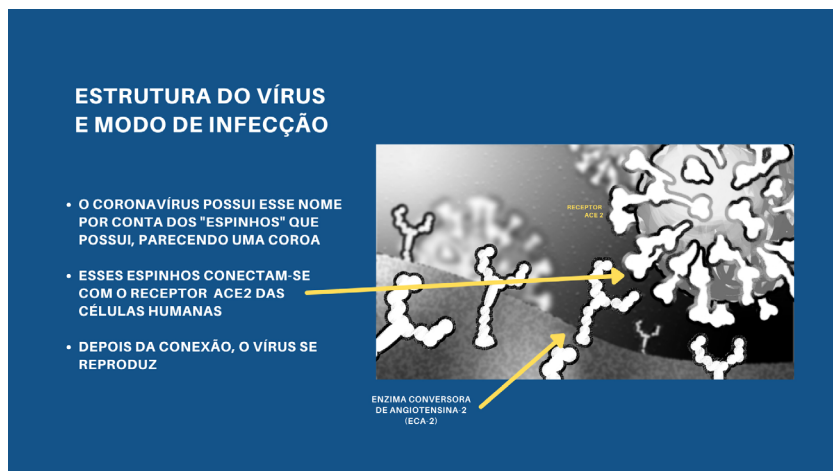


Figura 15: Slide apresentado no I Encontro Formativo. Fonte: Ilustrações de Vinícius Claudino.

Aqui foi descoberto que ele tem uma proteína em sua coroa que é imunogênica, quer dizer, tem uma das proteínas que o sistema imunológico mais gosta (Figura 16).

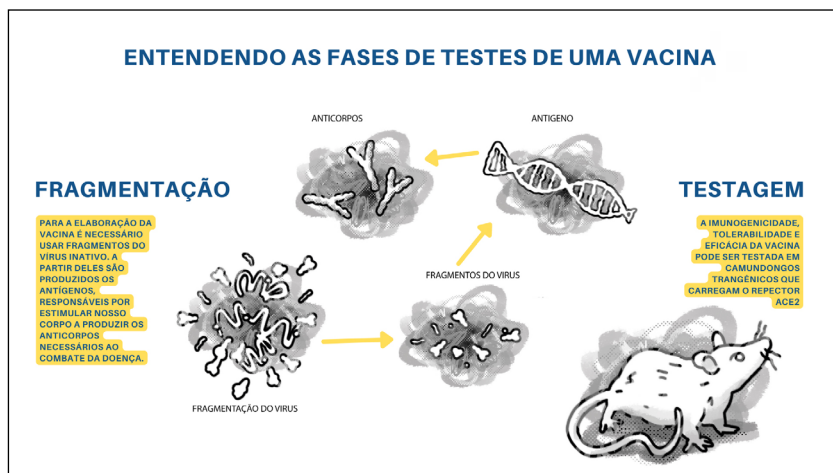


Figura 16: Slide apresentado no I Encontro Formativo. Fonte: Ilustrações de Vinícius Claudino.

Esse material é separado e a partir dele é preparada uma “sopa” para o desenvolvimento da vacina, que vai poder ser feita

com o vírus inteiro ou só com a sua coroa. Assim começa a fase pré-clínica, com os testes em animais de laboratório e o desenvolvimento dos primeiros protótipos de vacina. Com os resultados aprovados em animais como camundongos e primatas não humanos, os cientistas passam para a próxima fase, os testes clínicos.



Figura 17: Slide apresentado no I Encontro Formativo.
Fonte: Ilustrações de Vinícius Claudino.

Na fase 1, um pequeno grupo de voluntários saudáveis e que não estejam em um ambiente de muita infecção é escolhido. Nesse momento vou avaliar a segurança e eficácia em gerar resposta do sistema imunitário. Depois, já posso testar doses e esquemas de imunização, qual vai ser a dose e se ela vai ser única ou não. Isso já posso começar a fazer nas fases 1 e 2. A diferença de uma para a outra fase é a quantidade de indivíduos, assim eu posso avaliar melhor a eficácia, segurança, tolerabilidade e aceitação da população àquela vacina. A fase 3 é determinante: vou a diferentes lugares onde está ocorrendo a pandemia, de preferência os países onde há mais infecção, por isso o Brasil foi escolhido como país de teste por várias farmacêuticas. Então, na fase 3, faz-se milhares de testes e a mesma avaliação: eficácia, segurança, tolerabilidade e aceitação em condições naturais na presença da doença (Figura 18). Se a vacina obtiver sucesso, e passar por todas as outras fases, ela é submetida às autoridades regulatórias. E aí as vacinas são aprovadas, inicialmente de forma emergencial para grupos

específicos da população, principalmente os prioritários, os que estão na linha de frente, os grupos mais vulneráveis. Depois, ela entra na fase de vigilância farmacológica. O que é isso? A vacina vai ser acompanhada pelos grupos que estão aplicando e os grupos de vigilância sanitária para ver se ela vai causar possíveis efeitos adversos na população.

Quais são os tipos de vacina que estão em uso contra a COVID-19? Temos a nossa, do Butantan, que é de vírus inativado. As vacinas com asterisco (Figura 18) já estão em uso pelo mundo, todas elas em fase 3, mas já em uso. O vírus é inativado por produtos químicos ou por ações físicas, como o uso de calor. Quando inativado, o vírus não se replica, mantendo toda a sua estrutura (Figura 18).

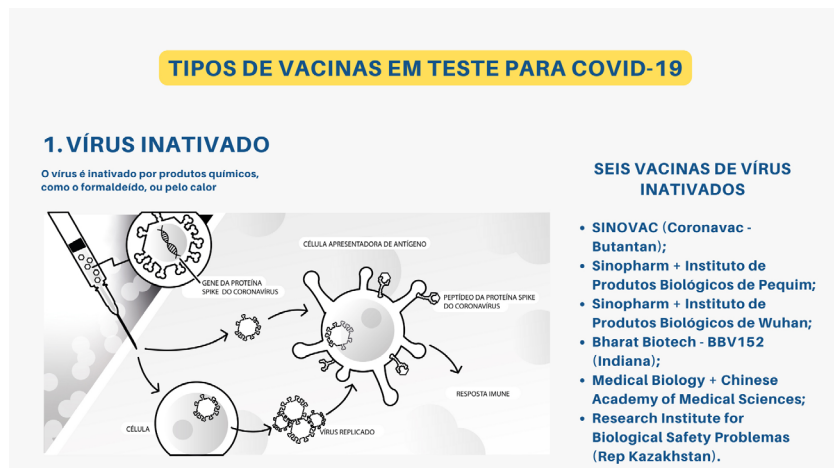


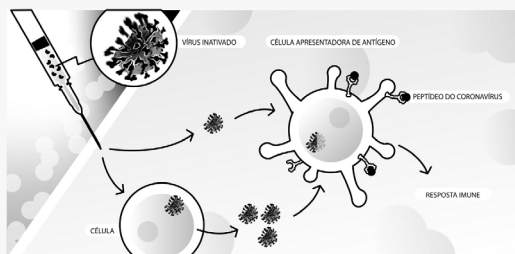
Figura 18: Slide apresentado no I Encontro Formativo.
Fonte: Ilustrações de Vinícius Claudino.

As vacinas de vetores virais é uma tecnologia nova. Atualmente nós temos 4 vacinas com essa tecnologia na fase 3: Oxford-Astrazeneca, Cansino, Gamaleya e Janssen Pharmaceuticals (Figura 19).

VACINAS DE VETORES VIRAIS

VETOR VIRAL NÃO REPLICANTE, COMO O ADENOVÍRUS

Até o momento, esse método não é usado por nenhuma vacina licenciada. Mas, vale destacar seu uso na história da terapia gênica. Doses de reforço podem ser necessárias para induzir a imunidade de longa duração. A empresa Johnson & Johnson está trabalhando desse modo.



4 VACINAS:

- 1) Oxford-Astrazenica (UK): ChAdOx1 (AZD1222) = vetor viral de chimpanzé (adenovírus)
- 2) Cansino (chinesa): Ad5 (adenovírus humano)
- 3) Gamaleya (russa): Ad5 + Ad26 (2 adenovírus humanos)
- 4) Janssen Pharmaceuticals (belga): Ad26 (adenovírus humano)

Obs.: As 3 primeiras usam adenovírus modificado. Eles podem entrar na célula, mas não se replicar ou causar doenças.

Então, o que é o vetor viral? Normalmente se usa nessas vacinas de vetor viral o adenovírus, que é o vetor viral. O adenovírus é o vírus que causa o resfriado comum, por exemplo, ele é um vírus de DNA. Ele vai funcionar como um vetor viral, carregando a informação do SARS-CoV-2 para dentro da nossa célula, treinando o nosso sistema imunológico. Após o vetor entrar no nosso organismo, ele vai ser reconhecido pelas nossas células e infectá-las, mas não vai se replicar (Figura 20).

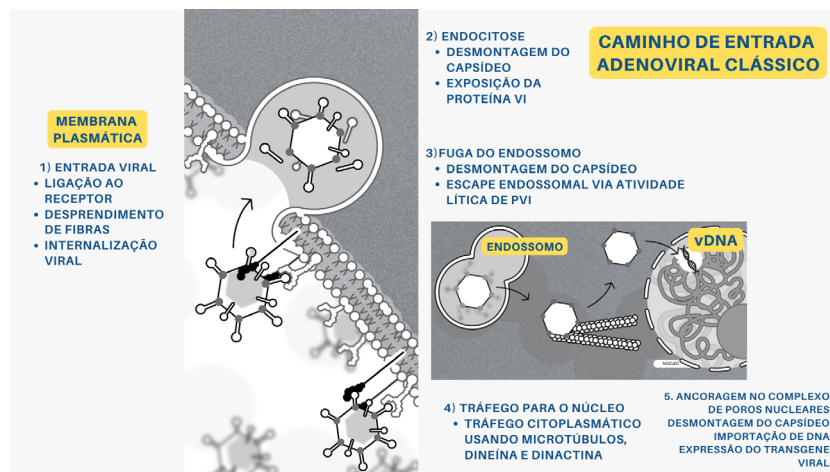


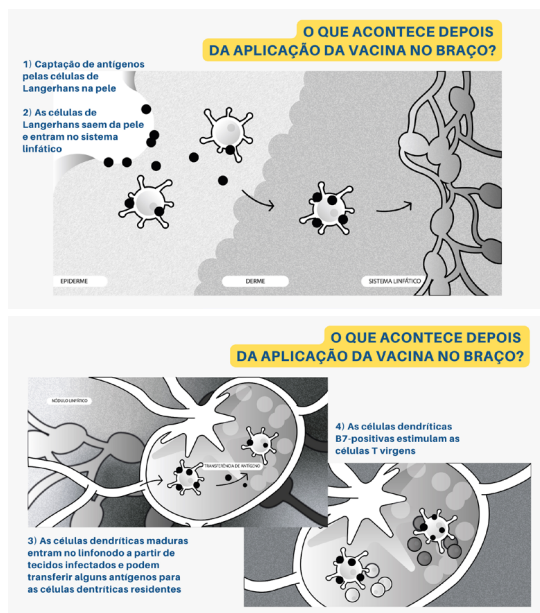
Figura 19: Slide apresentado no I Encontro Formativo.
Fonte: Ilustrações de Vinícius Claudino.

Figura 20: Slide apresentado no I Encontro Formativo.
Fonte: Ilustrações de Vinícius Claudino.

O adenovírus carrega com ele o gene da *spike* (ou espícula), proteína do novo coronavírus, liberando o material genético no núcleo da nossa célula. Quando esse DNA é injetado aqui, as enzimas do nosso DNA vão lê-lo e vão transcrever para o RNA mensageiro levar essa informação até o citosol, para que ele possa fabricar as proteínas do vírus que irão ativar o sistema imune.

A vacina de RNA é mais direta. Os pesquisadores produziram um RNA sintético que já leva a mensagem pronta para a nossa célula, dizendo para ela produzir a proteína do vírus, a *spike*. O RNA é envolto em uma camada lipídica para que ele possa ser aderido pela célula e entrar nela. E quais são as farmacêuticas que estão produzindo esse tipo de vacina? Hoje nós temos a Moderna, Pfizer e Curevac, sendo essa última de origem alemã.

Agora, o que acontece depois da aplicação da vacina no braço? Todo mundo aqui vai saber o que é íngua, né? A íngua é uma estrutura chamada linfonodo. Quando a gente aplica a vacina no braço, a íngua de baixo do braço, chamada linfonodo axilar, reage à vacina e a resposta imune a ela acontece (Figuras 21 e 22).



Figuras 21 e 22: Slides apresentados no I Encontro Formativo. Fonte: Ilustrações de Vinícius Claudino.

E aí, o que é que acontece para formar essa íngua? Quando a vacina é aplicada nas células do sistema imune e estas começam a interagir, elas são chamados de linfócitos, o linfócito T e B. Com a interação dos dois acontece a resposta celular, gerando o anticorpo e neutralizando o vírus. Através dessa interação, o sistema imune vai desenvolver a memória celular.

Agora vejam, por favor. A *spike* é a grande proteína alvo das vacinas. A vacina também pode ser do vírus inteiro, como a do Butantan. A mutação do vírus está acontecendo na maior parte, justamente, na proteína *spike*. Ainda não se tem notícia de mutação em outras proteínas do vírus.

Agradeço a todos e todas o convite e permaneço aberta a consultas.

REFERÊNCIA

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. **Imunologia celular e molecular**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

A REVOLTA DA VACINA, UMA REFLEXÃO

5

Nathalia Maíra Cabral
Grupo de Trabalho Tradução

*Enquanto a vacinação não for rigorosamente levada a cabo por ordem policial do mesmo modo que o batismo o é pela Igreja, fica o país exposto ao perigo de repentinas e quase irresistíveis epidemias progressivas de varíola e ao despovoamento.**

O ONTEM E O HOJE

* Spix e Martius
(1981, p. 102).

O Brasil já foi acometido por muitas doenças ao longo de sua história. Algumas dessas doenças podem ser consideradas endêmicas, ou seja, uma doença localizada ou que tenha uma grande incidência em um espaço limitado, seja ele estado ou um país. Exemplos delas são a doença de Chagas, a febre amarela, a malária, as filarioses, entre tantas outras enfermidades que assolam a nossa nação há incontáveis décadas.¹ Há, entretanto, doenças cuja influência sobrepõem fronteiras nacionais e até mesmo continentais, propagando-se pelo mundo. Exemplos dessas doenças “cosmopolitas” são a varíola e a COVID-19. Ambas as doenças atingiram o Brasil, causando consequências negativas ao sistema de saúde, à economia e à sociedade. Outro paralelo que podemos fazer entre as duas enfermidades está na forma como o governo tratou tais situações de crise sanitária, fazendo transparecer o aspecto grotesco do autoritarismo sobre a população, principalmente a marginalizada.

1 Silva (2003).



Figura 23: Charge da revista *Tagarela*, publicada em agosto de 1904, em que três doenças – febre amarela, peste bubônica e varíola – realizam conferência na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Direção artística de Augusto Rocha.

Para melhor compreender o presente, devemos olhar o passado. Por isso, proponho aqui fazer um retrospecto sobre a nossa história, principalmente referente às políticas públicas sanitárias e suas consequências. Desta forma, devemos revisitar a Revolta da Vacina.



Figura 24: A Revolta da Vacina em charge de Leonidas Freire, publicada na revista *O Malho*, em 1904. Fonte: Charge de Leonidas Freire.

A Revolta da Vacina foi uma revolta popular que se iniciou no Rio de Janeiro em 10 de novembro de 1904, sendo causada pela insatisfação popular em razão de uma campanha de vacinação obrigatória contra a varíola conduzida pelo sanitarista Oswaldo Cruz. Para entender melhor essa revolta, devemos primeiro compreender o contexto em que se desenvolveu o conflito.

Primeiramente, naquela época, o Governo Federal era responsável somente pela saúde dos portos e da capital. O Rio de Janeiro não era só um dos principais portos brasileiros, como também a capital da nação, sendo portanto o centro político, comercial e cultural do país.² No início do século XX, o Rio de Janeiro era uma cidade repleta de problemas, um espaço urbano comprimido com uma população que crescia cada vez mais – em 1890 tinha um pouco mais de 500 mil habitantes, já em 1920, detinha mais de 1 milhão³ – e esse panorama causava prejuízo à nação ao dificultar o escoamento do importante café. Além disso, havia o problema das epidemias que atingiam periodicamente a cidade, sendo a varíola uma delas. A fama internacional do Rio de Janeiro nesse período em nada se assemelha ao que observamos hoje, fato é que o Rio era conhecido como o “túmulo dos estrangeiros”: ao invés de atrair “turistas” internacionais, a cidade era evitada e temida.

Para tentar mudar essa realidade, o presidente Rodrigues Alves se empenhou em uma campanha de reformas para modernizar e sanear a cidade do Rio de Janeiro. A proposta parecia ter uma boa intenção, contudo, a forma como foi implantada desencadeou diversos conflitos com a população. O presidente concedeu liberdade ao prefeito do Rio de Janeiro Pereira Passos para demolir, despejar e interditar diversas moradias (principalmente as moradias populares, os chamados cortiços) e comércios, sem ter nenhuma obrigação de pagar alguma indenização à população afetada, além de poder empregar a força para que a reforma tivesse os resultados ambicionados pelo governo.⁴ Como podem imaginar, sentimentos de insatisfação já estavam começando a crescer e se disseminar pela população, principalmente a marginalizada, contra as medidas governamentais.

2 Moutinho (2020).

3 Sevcenko (2010).

4 Moutinho (2020).



Figura 25: Rua da Carioca, 1906. Evidências da reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Augusto Malta/BN Digital.

Já em relação à saúde, foi o jovem médico Oswaldo Cruz, nomeado para ser responsável pela Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), que recebeu a importante missão de eliminar as três doenças que flagelaram a nação brasileira na época: febre amarela, peste bubônica e varíola. Com relação a essa última, foi proposta uma vacina que seria imposta de forma obrigatória à população. Como destacado pelo historiador Nicolau Sevcenko,⁵ usando o argumento de que a vacinação era algo de extrema importância ao interesse da saúde pública, o governo legitimou suas ações autoritárias, empregando a violência ao invés do diálogo ou da divulgação de informações favoráveis à vacinação para impor a sua vontade. Ao adotar esse tipo de atitude, o governo foi o principal responsável por desencadear a insurreição popular conhecida como a Revolta da Vacina.

5 Sevcenko (2010).

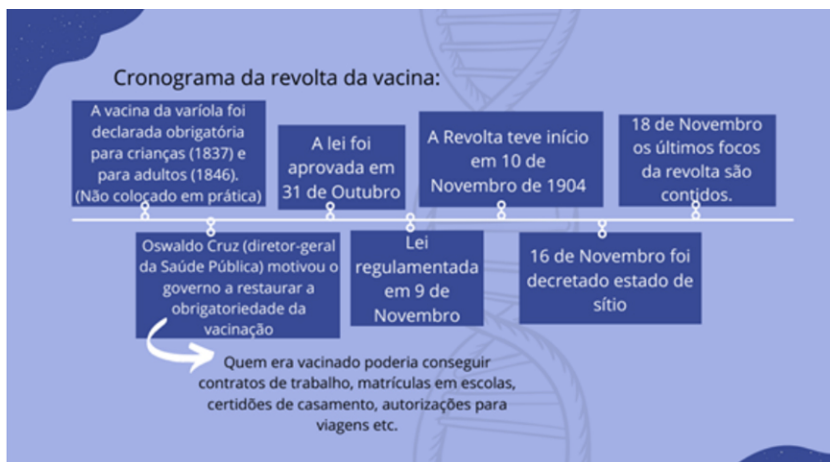


Figura 26: Slide apresentado no II Encontro Formativo. Fonte: Autoria própria.

Conforme mostrado na Figura 26, podemos observar o cronograma da Revolta da Vacina, que, apesar de não ter durado sequer duas semanas de conflitos, teve como resultado, de acordo com dados da Fiocruz, 945 prisões, 461 deportados, 110 feridos e 30 mortos. Alguns pesquisadores argumentam que tais números não mostram a realidade da época, sendo possível que o número de feridos e mortos seja bem maior.

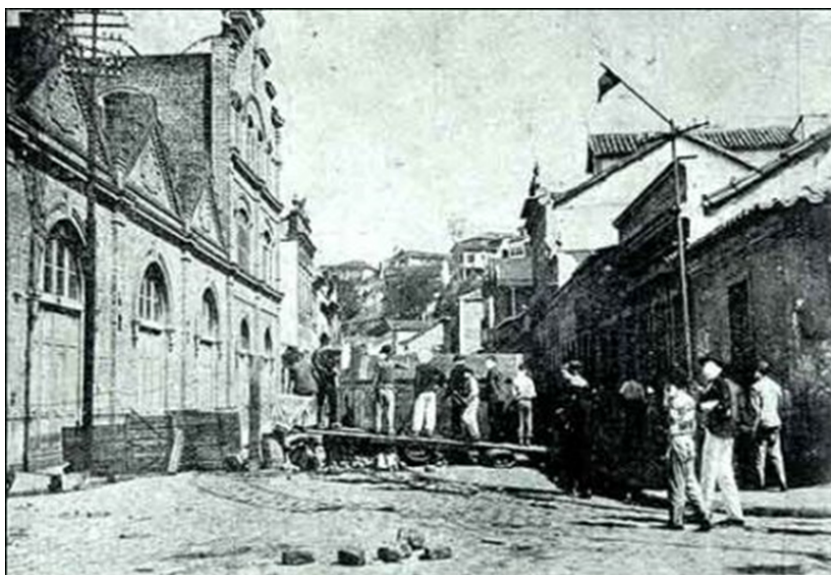


Figura 27: Barricada durante a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro. Fonte: Wikipedia/Wikimedia Commons (domínio público).

E QUAIS FORAM AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLTA?

Rodrigues Alves, presidente da república à época, se viu obrigado a desistir da vacina obrigatória. Entretanto, em 1908, quando o Rio de Janeiro foi atingido por uma das mais violentas epidemias de varíola da história, o povo correu para ser vacinado... Um episódio avesso à Revolta da Vacina.

Apesar de tudo, a campanha de vacinação conseguiu erradicar a varíola do Rio. O sucesso da erradicação da varíola se deu sob sangue e lágrimas da população carioca. Se o governo tivesse empregado outra metodologia de ação, mais humana e com participação popular nas tomadas de decisões, possivelmente não haveria a necessidade do uso da violência que surtiu tantos efeitos negativos que perduram até hoje. A desconfiança do cidadão em relação às ações do governo é algo histórico, como já demonstramos, e infelizmente parece que ainda não aprendemos com nossos erros. Entendemos que a COVID-19 apenas fez ressurgir os fantasmas da Revolta da Vacina. Fantasmas arrastando correntes das *fake news* e do negacionismo. Correntes que são forjadas pela ausência de transparência de informações veiculadas pelo governo e pelo meio científico. Ausência de diálogo e empatia com a população carente e marginalizada. Ausência de humanidade nas medidas sanitárias.

Com tantas ausências, mais e mais fantasmas irão surgir, assombrando nossa realidade, incitando conflitos e desacelerando o efetivo combate à pandemia. Cabe a nós a responsabilidade de enterrar devidamente esses espíritos do passado, e estamos começando a fazer isso com diversas iniciativas, tais como nosso projeto “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19”.

REFERÊNCIAS

MOUTINHO, F. F. B. Conflitos da sociedade brasileira com as normas sanitárias: um paralelo entre a Revolta da Vacina e a pandemia de COVID-19. **Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, p. 60-71, 2020.

REVOLTA da Vacina. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-o#:~:text=Ap%C3%B3s%20um%20saldo%20total%20de,pelo%20governo%20e%20pela%20var%C3%ADa>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2010.

SILVA, D. A insurreição popular da revolta da vacina. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/insurreicao-popular-na-revolta-da-vacina.htm>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SILVA, L. J. O controle das endemias no Brasil e sua história. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 44-47, jan./fev. 2003.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, C. V. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v. 2.

A LIBERDADE CÁ AO SUL E SEUS INIMIGOS

6

Fídias Cavalcanti Freire
Grupo de Trabalho Tradução

نم ز ذنم تنأ تفشكتكا نوكت نأ بجي امك- انا تفشكتكا دقل
شي عي نأ لجأ نم... سانلا ضعب تومي نا يرورض وه مك - ديعب
*اهشي عي نأ... نألا اهي ف ام مهأ... قم ي دق قمكح اهنأ... رخألا ضعبلا

Ghassan Kanafani

Ao falar sobre liberdade, autonomia, autodeterminação e soberania, no Brasil, por exemplo, não se pode mover para baixo do tapete os massacres e o *continuum* de violência que marcam a história da América Latina. Abaixo da Linha do Equador, a liberdade e a soberania possuem significados inolvidavelmente marcados e historicamente singulares. A virulência, o genocídio, as guerras e as novas engenharias de controle social do neoliberalismo marcam a relação centro e periferia do capitalismo, e o que Celso Furtado chamou de “vulnerabilidade externa” originou-se da exploração deliberada. Em *O Capital*, Marx escreve: “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência”.¹ Não escapamos.

As Américas, as três, do sul ao norte, guardam uma história sangrenta de intervenção colonial europeia. O que chamam de “descobrimento da América”, por exemplo, é o início de uma relação abruptamente violenta e exploradora entre colônia e metrópole que até hoje se reverbera na nossa política, economia e na complexidade social latino-americana. Institucionalmente, só em 1969, alguns anos depois do Golpe Militar no Brasil, a Organização dos Estados Americanos decidiu pensar numa convenção para tratar da liberdade, justiça social e Direitos Humanos, o Pacto de

* Este foi um escrito de Ghassan Kanafani, escritor e poeta palestino assassinado em 1972 pelo Mossad. “Descubro agora o que você provavelmente já descobriu há muito tempo: quão inevitável é para algumas pessoas morrerem para que outras possam viver... O que há de mais simbólico sobre esta sabedoria ancestral é que eu a estou vivendo agora...” (SILMI, 2016, tradução de Fídias Freire).

1 Marx (2014, p. 514).

São José da Costa Rica. Como um disparate, depois de quatro anos da assinatura deste pacto, começava no Chile, em 1973, a ditadura de Pinochet, e na Argentina as leis eleitorais já haviam sido adulteradas pelos militares. A paz pouco habitou por estas terras.

A América Latina ainda tem longas cicatrizes. Como disse Eduardo Galeano, 1971, “[...] é a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros de poder”.² O mercantilismo em transição para a formação histórica do capitalismo europeu e o papel do Estado no neoliberalismo não podem ser lidos na lógica neutra do progresso da história humana. Não se pode esquecer do genocídio indígena, do Cabo *Horn* ao Cabo *Columbia*, 70 milhões de indígenas mortos, na colonização europeia e na estadunidense marcha para o oeste, pouco sobrou de quem originalmente habitava as Américas.

2 Galeano (2000, p. 7).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, aprovou a Convenção do Genocídio, que revelou ao mundo ocidental que este crime não mais passaria impune. O genocídio, que só tardiamente ganhou atenção, é um crime premeditado, não se esgota na matança de um povo, mas se estende na destruição da memória, dos conhecimentos de uma etnia, se desdobra no etnocídio. A América Latina, durante a colonização, também viu o auge do escravismo, homens e mulheres trazidos da África como animais encaixotados, o desenvolvimento de engenharias de disciplinamento, espoliação e tortura.

Em *As origens do totalitarismo*, Hannah Arendt colocou os campos de concentração como uma novidade na lógica dos regimes ditos totalitários, como experiências laboratoriais que anulam e destroem a individualidade humana, reduzindo o humano a um ser abjeto. No continente Africano, como no Congo Belga do século XIX, por exemplo, a mesma lógica laboratorial de disciplinamento e obediência mediada pela iminência da tortura e da violência já existia. O que Arendt relaciona ao desenvolvimento do totalitarismo sempre se tratou da lógica histórica do imperialismo colonial, não pode ser tratado como novidade. Em Bruxelas, no

ano de 1890, O Rei Leopoldo II sediava na metrópole a chamada Conferência Antiescravista. Havia uma retórica da defesa das liberdades, como na Conferência de Berlim, e um apelo para o fim do tráfico negroiro.

As aspirações da colônia e da metrópole, na história, sempre foram antitéticas. Enquanto Leopoldo II estava a exercer uma retórica de progresso na metrópole, ele orquestrava no Congo Belga um genocídio que empilhou os cadáveres de cerca de 10 milhões de congoleses. O interesse de Leopoldo pelos recursos naturais daquela região, principalmente no marfim, transformou o Congo num campo de trabalho forçado vigiado 24 horas por dia, controlado por uma milícia privada. Os povos originários estavam submetidos a castigos físicos, amputações e penas capitais. A lógica da vida subjugada ao poder da morte é uma característica do desenvolvimento histórico do capitalismo. O nazismo e o fascismo reproduziram, com o estado policialesco, técnicas semelhantes, mas não as inventaram.

No Brasil não foi diferente, a escravidão de indígenas e dos povos africanos transcorreu por séculos. Sabe-se que a ideia de que um ser humano possa pertencer a outro ser humano é antiquíssima como uma instituição consuetudinária, desde a noção do “escravo de guerra” até a ideia do “homem-coisa”, entregue em sua totalidade ao senhor, como *instrumentum vocale*, sem existência civil, sem direitos. O humano destituído de seu ser, inserido numa relação de dependência absoluta, era a base para a fundação do sistema de produção colonial.

As noções ontológicas sobre autonomia, liberdade e soberania restringiam-se, no pensamento filosófico e na prática colonial, ao homem branco europeu, o colonizador, dominador de corpos alheios, guiado pela noção do *white man's burden*. O que o europeu entendia como “fardo do homem branco”, descrito no famoso poema de Rudyard Kipling, era a sua suposta e semidivina missão de levar a “civilização” para onde só havia barbárie e luz para onde só havia trevas, emulando uma noção de Deus no livro de Gênesis, que criava a luz e um mundo para ser habitado. Os povos

originários do Hemisfério Sul foram interpretados como bárbaros, selvagens, corpos e consciências a serem domados e docilizados.

A violência do colonizador atingiu as epistemes dos povos originários, seus idiomas, seus ritos, suas artes. As diversas etnias que ocupavam as Américas foram vítimas também de um longo processo de epistemicídio pela forçada desterritorialização. Como expõe Frantz Fanon em *Os condenados da terra*, criaram-se fronteiras nas colônias, novas noções de conduta, de moral, de posse, fez-se a terra arrasada, limites geográficos foram impostos e forçaram uma submissão econômica e cultural para quem ali vivia.

Na supradita citação a Galeano, o que se transformava em capital europeu, a galopes com o processo de acumulação primitiva, em direção à formação do capitalismo industrial, transformou-se na história em um novo processo do capital, agora regido pelo imperialismo estadunidense. Em sua famosa citação, Simon Bolívar, no século XIX, já adiantava: “Os Estados Unidos parecem destinados pela providência para encher de fome e miséria a América em nome da liberdade”.³ O que temia Bolívar não era uma mera fantasia, mas uma realidade que marchava cada vez mais próxima das instituições políticas dos Estados da América do Sul do século XX.

3 Galeano (2000, p. 241).

O que James Monroe, como presidente dos Estados Unidos, chamou de “América para os americanos” ganhou um arcabouço, como noção teórica e prática que guiava os estadunidenses, na Doutrina do Destino Manifesto. Já no século XIX, o Destino Manifesto representava ainda um resquício do ideado de Direito Divino europeu, com a narrativa de um povo predestinado por Deus a expandir seus territórios, legitimando a invasão do México e o sequestro de metade de seu território, por exemplo. O “destino” no imaginário estadunidense estava a ser construído por eles próprios, novas terras necessitavam ser conquistadas, seja no Caribe ou abaixo da Linha do Equador.

O Brasil em que vivemos hoje, como Peru, Chile, Argentina, Paraguai e outros países da América do Sul e Central, guarda a memória da colonização europeia e das ditaduras militares apoiadas pelos Estados Unidos e sua Agência Central

de Inteligência, como está evidenciado por documentos históricos de conhecimento notório. Ao falar sobre liberdade e autodeterminação em terras do Hemisfério Sul, há de se retomar a memória de como a autonomia de nossos povos foi reprimida e como a identidade latino-americana foi violentada, como sempre lembrou José Martí em seus escritos. O parto do capitalismo tardio na América do Sul sustentou-se numa pilha de mortos enquanto ascendia uma nova pilha de vivos, desde os miseráveis até as novas elites nacionais.

A vida que se subjugava ao poder da morte não deixou de ser característica do capitalismo que filtra a dignidade humana pela oferta da força de trabalho. A história esconde processos tecnológicos silenciosos de negação absoluta das capacidades volitivas humanas, da volta do “homem-coisa”. Em tempos confusos de pandemia, o debate sobre os limites éticos da indústria farmacêutica deve ser retomado, embora já seja sabido que a lógica amoral da maximização de lucros é discricionariamente soberana para as transnacionais de fármacos.

Estão documentados na história os recentes abusos da indústria farmacêutica, desde a utilização de seres humanos vivos como cobaias para testes de antibióticos, antivirais, e até mesmo para cirurgias e o estudo de técnicas cirúrgicas. Nos Estados Unidos, os presos eram abertamente usados como cobaias, sempre de forma coercitiva, até a década de 1970. Na Alemanha nazista, seres humanos foram utilizados para testes clínicos também como cobaias, desde presos que se voluntariavam até inimigos do Estado e pessoas com deficiências e síndromes cromossômicas. As pesquisas realizadas pelos grupos farmacêuticos eram abertamente financiadas por outros países do Ocidente, por pessoas físicas e empresas.

Os pobres do mundo no neoliberalismo estão situados num paradoxo de Schrödinger: são importantes e vivos para o processo do capital como oferta de força de trabalho barata e de fácil exploração e coerção e igualmente desimportantes, facilmente substituíveis, e mortos até mesmo quando vivos, bastando perder sua força de trabalho. O Estado que mina as suas próprias

estruturas é uma característica do momento neoliberal, como escrevem Dardot e Laval, estando sempre a desfazer-se das responsabilidades sociais, como moradia, emprego, saúde e educação. O deixai viver anda de mãos dadas com o deixai morrer. Quem não possui condições materiais de garantir a própria vida, morre.

Este presente ensaio, sem muitas pretensões, foi escrito durante o mês mais mortal da pandemia do novo coronavírus no Brasil, as mortes já são contadas como os segundos do relógio e vão se normalizando no cotidiano brasileiro como num despretenhoso “tic-tac”. As quase 400 mil vidas perdidas⁴ representam fielmente as consequências de um debate econômico emperrado na década de 1980, que pode ser entendido alegoricamente na representação de um magnata estadunidense de cartola e fraque, no calor do verão da praia de Copacabana, falando sozinho sobre austeridade, medidas de controle fiscal e o fim do investimento público. O deixai morrer é um lema neoliberal, não se trata da antítese do *laissez faire*, mas do seu desdobramento na história, prova concreta da tragédia de um sistema econômico que sempre foi uma ultrajante farsa.

4 A referência às vidas perdidas da pandemia é do mês de abril de 2021, quando o Brasil, em 24 horas, registrava 3.074 mortes em consequência da COVID 19.

REFERÊNCIAS

- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política - Livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SILMI, M. **Combat in “A World not for Us:”** Revolutionary. 1. ed. Berkley: University of California Press, 2016.

O MUNDO A PARTIR DE OLHOS DISSIDENTES: NÃO É UMA GUERRA, É UMA SIMBIOSE

7

Jorge Díaz Fuentes*

*Grupo de Trabalho Tradução e
Grupo de Trabalho de Articulação/Indígena*

No Chile, durante o mês de outubro de 2019, uma revolução social de que não se havia memória nos últimos tempos começou no país, marcando o início do fim da transição “democrática” após a ditadura sangrenta de Pinochet. Foram os estudantes, em grande parte as feministas, que iniciaram este processo de mudança social, chamando a fugir dos transportes públicos, cujo preço tinha subido sem explicação: “não são 30 pesos, são 30 anos” foi o *slogan* que acendeu uma das maiores insurreições sociais da história do país.

Esta insurreição mudou o modo de vida a que nos tínhamos habituado pelo neoliberalismo do endividamento, individualismo e carreirismo para um novo despertar coletivo em que se registraram as maiores marchas e protestos já vistos, para além das assembleias de cidadãos autoconvocados que proliferaram por todo o país. Em 25 de novembro de 2019, mais de 1,2 milhão de pessoas – em Santiago, sozinhas – encheram as ruas e, um ano mais tarde, em 25 de novembro de 2020, quase 80% dos votos no plebiscito de cidadãos aprovaram a elaboração de uma nova constituição política para o país, a ser redigida inteiramente pelo povo popularmente eleito. O alvoroço das marchas foi o encorajamento de um novo tipo de relacionamento em comunidade.

* O seguinte texto foi apresentado no dia 20 de janeiro de 2020 no Congresso do Futuro, organizado pela Universidad Austral, Região dos Rios, Chile. Tradução: Ana Gretel Echazú Böschmeier.



Figura 28: Fotograma da notícia transmitida no 21 de outubro de 2019 pelo telejornal EL TIEMPO. Todos os direitos reservados Casa Editorial EL TIEMPO 2020.

Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/c/ElTiempo/abou>.

Acesso em: 23 abr. 2021.

Durante os dias do levante social, o Presidente Sebastián Piñera, através de declarações públicas, em discursos na televisão nacional e em declarações na imprensa, repetiu mais de uma vez que “estávamos em guerra contra um inimigo poderoso”. Foi instalada, pelas autoridades, a ideia de um Estado em guerra com os seus cidadãos. E assim foi. A insurreição e o despertar foram interrompidos pelo horror da repressão e das violações dos direitos humanos que deixaram duas pessoas (Gustavo Gatica e Fabiola Campillay) completamente cegas, devido à responsabilidade direta dos carabineros, e mais de 400 outras pessoas com ferimentos em seus olhos. O grupo Delight Lab, que faz intervenções leves em diferentes edifícios e construções no país, propôs a frase “Não estamos em guerra” durante os primeiros dias desta insurreição. A ideia de uma guerra declarada foi assim instalada publicamente no espaço público.



Figura 29: Fotografia tirada pela atriz Susana Hidalgo na sexta-feira, 18 de outubro de 2019, no mesmo dia em que começaram os protestos de “explosão social” no Chile. A imagem foi tirada na antiga “Praça Itália”, que ao longo dos meses se tornou a chamada “Praça da dignidade”. Esta imagem tornou-se um ícone do protesto. Fonte: Marcia Carmo.

Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50239591>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Meses após o início desta revolução social, a pandemia do novo coronavírus começou, causando morte, doença e precariedade para grande parte da população do país devido à má gestão da infecção. Vivemos tempos difíceis e insurgentes, trágicos e

esperançosos ao mesmo tempo. A guerra deslocou-se das ruas para os nossos corpos porque o discurso da imunidade, dos anticorpos e das defesas nascem da mesma linguagem de guerra. Neste ponto, é importante expor que a nossa compreensão do mundo se baseia em metáforas que não são apenas recursos linguísticos, mas também formadores de realidade, pensamento e ação. Uma grande parte da base da biologia são certas metáforas que alguns decretaram como sendo a coisa certa a se fazer.

Por exemplo, a imunidade é sempre entendida como a guerra declarada entre um agressor externo (o vírus, neste caso) e as células “militares” que têm de a atacar. Estamos numa época em que os militares estão fora do nosso corpo e também, com as suas metáforas de ataque, dentro da nossa pele. Vivemos com os militares fora do corpo e, também, dentro da pele, dentro dos tecidos, dentro das células, dentro das proteínas, dentro do DNA, embalados entre as ligações químicas, fazendo acampamento dentro das nossas mitocôndrias. Vigiamdo a respiração celular.

O sistema imunitário é o conjunto de órgãos e glândulas que o corpo possui, cuja função é estabelecer proteção contra microrganismos que vêm do exterior para que as infecções não causem danos e caos no nosso corpo e saúde. Temos as amígdalas, as membranas mucosas, a medula óssea, onde as células sanguíneas são produzidas, os vasos linfáticos e a pele, a primeira barreira física que nos separa do mundo. A imunidade é orquestrada por um grande número de células encontradas no sangue que geram anticorpos, moléculas que marcam os antígenos, que são os micróbios fora do corpo, a fim de os destruir. Outras células do sangue geram a memória deste ataque. De fato, esta é a base das vacinas: introduzir no corpo uma parte do microrganismo atenuado que gera a doença e, assim, fazer o corpo gerar memória, de modo que, quando o microrganismo que causa a infecção entra no corpo, o corpo sabe como destruí-lo.

A discussão da imunidade é baseada entre o “si mesmo”, chamemos-lhe o “*self*” e o “não si mesmo”¹, chamemos-lhe “não *self*”. Esta foi a linguagem que a imunidade adquiriu desde o seu início, a relação entre o interior do corpo e o exterior do

1 As marcações no texto vinculadas ao uso do marcador de gênero “e” nos artigos e plurais foram realizadas a partir da escolha de uma estratégia inclusiva de gênero em termos de linguagem.

corpo. A membrana plasmática é a primeira barreira da célula, a primeira porta que temos para receber estímulos e interações com o extracelular, o ambiente ou o mundo. Contudo, tantas teorias contemporâneas do feminismo, especialmente aquelas que pensaram em pessoas que não cumprem os parâmetros da “normalidade” (heterossexualidade, capacidade), dizem-nos que não somos um, que o “*self*” não existe, exceto em relação ao outro, que o outro me constrói, que o outro me gera: “Eu sou o outro”, disse o poeta Rimbaud.²

Quero trazer brevemente dois cientistas que nos deixaram outras formas de compreender esta relação de imunidade (“*self/non self*”), cujas teorias passaram muitas vezes despercebidas ou foram esquecidas por serem demasiado “filosóficas” ou demasiado pouco ajustadas a um determinado cânone científico. Refiro-me ao biólogo chileno Francisco Varela (1946-2001), que, com a sua teoria do acoplamento estrutural dos seres vivos, redefiniu esta ideia de guerra e ataque de imunidade, e à bióloga americana Lynn Margulis (1938-2011), que, com a sua teoria da endossimbiose, se opôs à noção clássica de competição como o destino da evolução.

Francisco Varela foi um biólogo chileno que desenvolveu a maior parte do seu trabalho científico fora do país. Ele e Humberto Maturana³ criaram a teoria da *autopoiesis* (ou autopoiese), segundo a qual os seres vivos são um circuito fechado em que a matéria e a energia circulam gerando uma retroalimentação de moléculas.

Durante a década de 1970, trabalhou na vibrante Califórnia daqueles anos, um lugar onde “o ativismo político entrou nos campi universitários com os movimentos contraculturais (o Movimento da Liberdade de Expressão, os movimentos feministas, o movimento Pantera Negra) e o protesto maciço de estudantes e professores contra a guerra no Vietnã e a invasão dos EUA ao Camboja”.⁴ Os estudantes politizaram-se e pediram cursos cujos conteúdos não eram considerados académicos e que estavam relacionados aos movimentos sociais que agitavam a esfera pública, como nos lembra a pensadora feminista Teresa de Lauretis. Foi aí que Varela entrou em contato com pensadores da teoria da comunicação humana e introduziu conceitos como

2 Recomenda-se conferir as imagens do protesto em Santiago disponíveis em <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50190029>. Acesso em: 23 abr. 2021.

3 N. R.: Deixamos aqui uma homenagem ao importante intelectual latino-americano Humberto Maturana, falecido no mês de maio de 2021. O pensamento da complexidade desenvolvido por Maturana é um exemplo de pensamento crítico que flui desde as raízes. Em seu livro *Emoções e linguagem na educação e na política*, lançado no Brasil nos anos 2000 pela editora UFMG, Maturana escreve: “Se a educação no Chile não leva a criança ao conhecimento de seu mundo no respeito e na reflexão, não serve para os chilenos nem para o Chile. Se a educação no Chile leva a aspirações que desvalorizam o que nos é próprio, convidando a um pensar distante do cotidiano na fantasia do que não se vive, a educação no Chile não serve nem para o Chile nem para os chilenos” (MATURANA, 2002, p. 32). O que Maturana

“redes” de comunicação, o que gerou a sua teoria de acoplamento imunológico.

Francisco Varela quis determinar que, se só vemos uma parte das relações que existem entre, por exemplo, o antígeno com o anticorpo, perdemos a possibilidade de ver o vasto espectro de relações entre eles. A teoria dele propõe que os organismos são, fundamentalmente, um processo de construção da identidade. A identidade emergente do organismo fornece, lógica e mecanicamente, o ponto de referência para um domínio de interações. O mundo é o conglomerado de significados que o organismo deu ao que lhe é exterior. O ambiente é aquele que um terceiro pode ver fora do organismo, mas que para o organismo não diz nada, não significa nada. O ambiente precisa se tornar um mundo para que tenha algo a ver com o organismo, o que só é conseguido quando o organismo lhe confere significado e, assim, o coloca em relação à sua identidade. Esta criação do mundo envolve outro conceito: o de acoplamento estrutural, que é a capacidade de se transformar de acordo com as mudanças no ambiente externo, e a relação do “*self*” e do “não *self*”, segundo Varela, não pode ser definida por um ataque.

Vimos uma nova forma de abordar a relação do “*self*” e do “não *self*” através do acoplamento com o mundo. Vamos agora nos concentrar naquilo a que chamaremos de “*self*”. Lynn Margulis estava interessada no estudo dos microrganismos e na forma como estes microrganismos tornaram a vida possível. Isto serve para romper os preconceitos de que todo o mundo microbiológico, de que todas as bactérias ou vírus são maus ou nos prejudicam. Temos de ir contra o pensamento binário.

O microbioma é o conjunto de microrganismos (bactérias, vírus, fungos) que habitam o nosso corpo. Se fizéssemos um esquema tomando o corpo como referência, de todas as células que temos, a quantidade de células humanas cobriria menos do que uma perna, enquanto o resto do corpo seriam as células microbianas. Se puséssemos os genes que temos em todo o corpo no mesmo diagrama, os genes humanos iriam representar a parte frontal de um pé. Apenas um terço das nossas células e cerca de 10% dos

sempre conjecturou acerca da educação foi um apelo à autonomia como emancipação pela educação das várias sabedorias, do conhecimento do *self* e do reconhecimento da alteridade.

4 De Lauretis (2015, p. 107).

nossos genes são humanos, o resto é microbiologia: material genético dos nossos parceiros de vida com os quais vivemos, numa onda de genes que saltam entre as células e as espécies. Somos uma rede microbiológica em que diferentes organismos coexistem em equilíbrios precários de matéria e energia, sem eles a vida seria impossível. Somos uma ecologia, ou seja, diferentes tipos de relações que existem entre os organismos e o habitat onde se comunicam. Mesmo assim, grande parte da investigação em biologia humana tem se concentrado principalmente no estudo de células eucarióticas como dispositivos isolados, de modo que ainda não conseguimos ultrapassar o esquema que estuda os processos da vida como partes e não como um todo interligado.

Lynn Margulis foi uma bióloga que construiu uma teoria por meio da qual explica que a cooperação, não a competição, é a relação ecológica que conduz à evolução. A sua teoria mostrou que a célula eucariótica, a célula que tem um núcleo e sistemas organizados de proto-órgãos que ajudam a sintetizar macromoléculas como proteínas e lípidos, surgiu devido à incorporação de um tipo ancestral de bactérias de vida livre (procariotas) num tipo ancestral de célula. Esta união levou à evolução da célula eucariótica. Isto explica porque, por exemplo, nas células animais e vegetais eucarióticas existem organelas como as mitocôndrias e os cloroplastos, que têm os seus próprios genes e sintetizam as suas próprias proteínas. As nossas células, as células eucarióticas, são “pequenas células dentro de uma célula”. O trabalho de Lynn Margulis não teve toda a divulgação necessária como a que teve a contribuição de Darwin, que entende a evolução como uma competição, como uma seleção (Darwin lia economistas enquanto fazia as suas observações, que diziam que as necessidades são infinitas e os recursos, limitados). Estas duas formas de olhar para o mundo, cooperação por um lado e competição por outro, dizem-nos muito sobre o mundo em que vivemos. Lynn Margulis estava obcecada com o mundo microbiológico porque pensava que, em algum ponto, as bactérias já tinham feito tudo.

La simbiosis es la coexistencia, mediante un contacto físico, de dos o más especies diferentes de organismos durante la mayor parte de su vida. Ha sido un mecanismo fundamental de la evolución: para producir cambios evolutivos rápidos, las relaciones simbióticas que se convierten en permanentes son más eficaces que las mutaciones al azar.

Lynn Margulis

Figura 30: “Simbiose é a coexistência, por meio de um contato físico, de duas ou mais espécies de organismos diferentes durante a maior parte das suas vidas. É um mecanismo fundamental da evolução: para produzir mudanças evolutivas rápidas, as relações simbióticas que se convertem em permanentes são mais eficazes do que as mutações aleatórias” (TERUEL, 2011, s/p).

Fonte: Slides da apresentação do autor no Congresso do Futuro.

Quis trazer estas duas formas de ruptura com a linguagem bélica da infecção e do movimento social para esta reunião do Congresso do Futuro porque, penso que, para olharmos para a nossa realidade de forma diferente, temos de ir para o passado e arrastar para o presente o pensamento de pessoas que, em tempos difíceis, nos deram ferramentas para o encarar de forma diferente.

REFERÊNCIAS

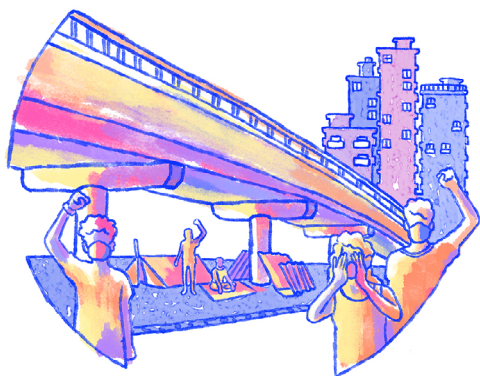
DE LAURETIS, T. Género y teoría queer. **Mora**, Buenos Aires, v. 21, n. 2, p. 107-118, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-001X2015000200004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2022.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TERUEL, J. Endosimbiosis, Darwin y Margulis. 3 dez. 2011. Disponível em: <https://cienciaysalud.laverdad.es/biociencias/evolucion/endosimbiosis-darwin-margulis-article.html?ref=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LEITURA RECOMENDADA

MARGULIS, L. **Planeta simbiótico**: un nuevo punto de vista sobre la evolución. Madri: Editorial Debate, 2002.



PARTE iii

Entre Etnografias e
Registros



NOTAS DESDE A ALDEIA YWAKÁ PISASU UPÉ: MUNDO NOVO

8

Teka Potyguara
Grupo de Trabalho de Articulação/Indígena

Kuaracy corá
Círculo Sagrado do Sol

Icarai, Yacy, Tupancy, Mantiqueira, Acopiara, Aiuaba,
Ybyassu
Fogo, Água, Mãe Terra, Serra que chora, Pessoa que
Cultiva a Terra, Lugar onde tem Água, Terra grande-
-Território

Kuaracy Corá
Círculo Sagrado do Sol

Jacairá Abaeté
Vento e pessoa Boa

Kamiranga tupancy
*Mata vermelha, filhos da terra**

DONA TEKA CONTA SOBRE SI MESMA

Sou de Monsenhor Tabosa, Ceará. Nasci nesta aldeia em 1955 e ainda hoje moro aqui. Sou agricultora desde sempre e também estou como diretora da escola Indígena Povo Caceteiro. Lá temos aproximadamente 780 alunos do Pré-Fundamental ao Ensino Médio regular e EJA¹ médio. Sempre fiz parte do mundo coletivo partindo dos trabalhos em multidão. No tupi seria: *potirõn*. Até hoje essa moda de *potirõn* acontece aqui. Lutei pela demarcação do nosso território em que hoje temos 36 aldeias dentro dele. Estudei também o ensino fundamental dentro da aldeia e o ensino médio fiz pelo Logos II e mais tarde fiz outro magistério intercultural pela Secretaria Estadual do Ceará. Dentro desse espaço de tempo, fazia parte das CEBs: Comunidades Eclesiais de Base, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimento do Sem Terra, sempre trazendo e entendendo a importância dos nossos

* Essas palavras foram declamadas no início do *1 Encontro Formativo*, realizado no dia 8 de março de 2021.

1 Educação de Jovens e Adultos, conforme indicativo do Ministério da Educação.

direitos. Estive uma temporada na Amazônia trabalhando pelo CIMI, o Conselho Indigenista Missionário, com os indígenas do sul do estado do Pará, índios Aikewara e no estado do Amazonas os índios Deni do rio Xeruan, município de Itamaraty, Katukina do rio Biá no município de Jutai, tudo na prelazia de Tefé. Depois passei um tempo em Manaus para fazer formações na área da saúde e fiz baciloscopia e microscopia no hospital Cardoso Fontes para ver a tipologia de malária, se *falciparum* ou *vivax*. Também, ainda no Amazonas, fui trabalhar na área de educação com os indígenas yanomami no município de Santa Izabel da Cachoeira. Em cada uma dessas aldeias, os povos falavam sua língua e eu aprendi com eles para poder entender sua lógica. Ainda em Manaus, inscrevi-me no curso de antropologia ligado à Universidade Politécnica Salesiana-UPS, era semipresencial. Vinham professores do Equador e também de Cuba. Passavam uns dias dando aulas e deixavam os trabalhos para serem corrigidos quando viessem para próxima etapa. Eles davam aula em espanhol e a gente respondia em português, assim ambos aprendiam as línguas. Dessa forma, além de ter terminado o curso de Antropologia, aprendi também espanhol. Voltei de novo para cá, onde continuei na minha aldeia até hoje. Fiz pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú, e também Pós-Graduação em Língua e Literatura de Espanhol pela Universidade Vale do Acaraú, Educação Escolar Indígena pela UNEMAT (Universidade do Mato Grosso – gestão Inta). Também estou estudando num curso sobre interculturalidade da UFC. Aqui no Ceará faço parte dos movimentos em nível estadual como Apoinme, Apib e movimento Potyguara, d’onde sou uma das lideranças. Tenho um filho e dois netos, também tenho um namorado que é tremembé e mora na aldeia dele. Temos um polo base pela SESAI, e também tenho contribuído na organização dos pajés, parteiras, rezadores e benzedores. Tenho várias músicas feitas por mim. Acho que ainda tenho mais para dizer, por hoje é só.

ANGATURAMA,
Teka

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DAS MARQUISES PARA A LUTA

9

Matheus Rios Silva Santos

José Vanilson Torres

Davi Campos da Cruz Vieira

Luanda Luz

Maria Teresa Nobre

Grupo de Trabalho de Articulação/Urbano

BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (MNPR)

A história de luta da população em situação de rua, um movimento socialmente organizado, está historicamente relacionada ao Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR). Antes mesmo da fundação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, as pautas de direitos e reconhecimento de dignidade já apareciam em documentos e em eventos dos trabalhadores e das trabalhadoras da coleta de materiais recicláveis. É o que se pode constatar através da leitura da Carta de Brasília, que na seção III pleiteia, dentre outras coisas, a inclusão das pessoas em situação de rua na política habitacional e a garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde para a população em situação de rua.¹

No entanto, as ebulições para a formação de um movimento específico para a população em situação de rua começaram a acontecer após o sórdido episódio no qual sete pessoas em situação de rua foram mortas com golpes na cabeça em 2004, em São Paulo. Esses assassinatos em série ficaram conhecidos nacionalmente como Massacre da Sé. O triste episódio teve a potência de transformar o luto em luta, como se pode ver no poema abaixo, de autoria de José Vanilson Torres²:

1 Carta de Brasília (2021).

2 Nobre et al. (2019, p. 557).

DIA 19 DE AGOSTO DE LUTO E LUTA

I

No dia 19 de agosto de 2004
Um triste fato ocorreu
7 pessoas em situação de rua
Na Praça da Sé morreu

II

Brutal e Covardemente
Sem dá nenhuma defesa
Mataram 7 brasileiros
Que viviam na incerteza

III

Na incerteza de um dia
Que ainda ia raiar
Mas vieram os meliantes
Pra suas vidas ceifar

IV

Após aquela macabra noite
Algo começou a Mudar
Surgiu um Movimento de Rua
Por seus direitos lutar

V

Começou em 2 estados
São Paulo e Minas Gerais
Hoje estamos em 19 estados
Lutando por direitos sociais

VI

Mas nãoensem que é fácil
O massacre continua
Quando é negado direitos
À população em situação de rua

VII

Alguns estados Conquistaram
Direito à Saúde, Trabalho e
[Habitação
Porém em outros lugares, inclusive
[em Natal
É negado até dormir no chão

VIII

Por isso sigamos em luta
Pois nesse país nada é de graça
Se não temos moradia digna, vamos
ocupando os espaços de debates,
[viadutos,
marquises, ruas e praças

IX

Dia 19 de agosto o Brasil
É o dia de luto e luta do povo da rua
Nós não vamos nos calar jamais
Porque nossa luta e resistência continua

*Natal, RN
19 de agosto de 2021*

Alguns sobreviventes deste triste acontecimento se somaram a outras pessoas em situação de rua e a algumas instituições para articular a criação de um movimento social que lutasse por políticas públicas, pela efetivação dos direitos e pelo reconhecimento da dignidade das pessoas em situação de rua. Realizada essas articulações, em 2005, durante o 4º Festival do Lixo e Cidadania, foi fundado oficialmente o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Naquela época, pessoas em situação de rua de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Rio de Janeiro participaram do evento. Assim, foi lançado em Belo Horizonte, em 2005, o movimento social que atua em nível nacional e possui sua própria carta de princípios, regimento interno e bandeiras de lutas.³

3 Movimento Nacional da População de Rua (2021).

Desde a data do seu surgimento, o MNPR conquistou importantes pautas de lutas, tais como: a Política Nacional para a População em Situação de Rua-PNPSR e seu Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento de políticas públicas (CIAMP-RUA), a criação de Centros de Referência Especializados em Assistência Social para a População em situação de rua (Centros Pop). Aliás, segundo a fala de uma das maiores lideranças que o MNPR já teve, Maria Lúcia Santos Pereira da Silva, “O Centro Pop é a menina dos olhos do movimento”.⁴ Além dos serviços na área da assistência social, no campo da saúde foram criados os Consultórios na Rua, inicialmente vinculados à rede de saúde mental e, posteriormente, à atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS).

4 Medeiros, Almeida e Oliveira (2019, p. 82).

Foi justamente Lúcia, fundadora e militante do MNPR na Bahia, que foi convidada, em 23 de outubro de 2012, pelo Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio da UFRN (CR-DH-MD/UFRN) a dialogar na Praça Augusto Severo, no bairro da Ribeira, em Natal, com as pessoas em situação de rua e outras que passavam pelo local, num evento intitulado: “População em situação de rua, vivências de rua: somos invisíveis pra você?”. Essa época coincidiu com as eleições municipais no Brasil e de uma eleição para escolher “um prefeito” para o Albergue Municipal, uma iniciativa da equipe técnica e que teve o objetivo de mostrar para a população em situação de rua que são cidadãos e cidadãs, que sabem votar, que têm direitos. Essa eleição também tinha o intuito de

instigar uma liderança entre os usuários e usuárias, e duas pessoas se lançaram candidatos: Marcos Maciel e Vanilson Torres. Dentro do Albergue Municipal, houve debates, distribuição de santinhos e a eleição, com um total de 50 votos, 1 abstenção, 49 votos válidos, sendo que Vanilson Torres teve 33 votos e Marcos Maciel 16. Vanilson Torres, atual coordenador do MNPR no Rio Grande do Norte e no Brasil, foi eleito “prefeito do albergue municipal de Natal”. Até então ninguém imaginava que aquela ação da eleição no albergue se transformaria em lutas sociais.

Nesse evento da praça Augusto Severo foi feito o convite por Maria Lúcia para a participação de uma liderança em um encontro de formação de lideranças do MNPR em Brasília, promovida pelo Ministério da Saúde, que aconteceu de 10 a 12 de dezembro de 2012 em Sobradinho-DF, iniciando-se, com esse processo, a organização do MNPR no nosso estado.

Em quase uma década da criação do MNPR no nosso estado e particularmente em Natal, muitas foram as lutas, especialmente diante do poder público, para que os direitos desta população sejam garantidos e respeitados. Entre essas lutas, destacamos a participação de representantes do MNPR, através das suas lideranças, e de outros membros em espaços de controle social. Listamos a seguir:

Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS);
Conselho Municipal de Assistência Social de Natal (CMAS);
Conselho Municipal de Saúde de Natal (SMS);
Fórum em Defesa da População em Situação de Rua em Natal (FDPRN);
Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CONED);
Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Natal (COMUD);
Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA);
Conselho Nacional de Saúde (CNS);
Conselho Gestor de Habitação de Interesse Social do RN;
Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Natal (CONHABINS)
(na condição de convidado);
Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas para a PopRua no RN (CIAMP-Rua).

Além disso, de 2013 a 2019, em parceria com o CRDH/UFRN e com outros grupos e instituições aliadas, foram realizadas atividades regulares, como: reuniões semanais de organização política do MNPR, seminários temáticos anuais e cursos/oficinas de formação política. Muitas dessas experiências estão descritas no livro *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!*⁵

5 Nobre et al. (2019).

Em âmbito nacional, hoje o Movimento está capilarizado em 19 estados da federação e, diante da emergência sanitária criada pela pandemia de COVID-19, tem lutado dia e noite para que as pessoas em situação de rua tenham seus plenos direitos à saúde e à vida resguardados pelo Estado.

O MNPR DURANTE A PANDEMIA



Figura 31: Fotografia intitulada “Fique em Casa”. Fonte: Hallison Silva, membro do MNPR (2021). Acervo pessoal.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a população em situação de rua no Brasil cresceu 140% entre 2012 e 2020.⁶ Esse número aumentou significativamente no país inteiro durante a pandemia da COVID-19 em função do desemprego, além de outros fatores

6 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020).

que levaram muitas pessoas à situação de rua. Quanto à população que já vivia nessa condição (pastoradores e pastoradoras de carros, artesãos e artesãs, artistas de rua, vendedores e vendedoras ambulantes e outras), a situação de precariedade se agravou, dada a impossibilidade de exercer atividades cotidianas que garantem sua sobrevivência, uma vez que muitos pontos onde as pessoas exerciam esses trabalhos fecharam.

Com a pandemia, toda a dinâmica da cidade mudou, acentuando a vulnerabilidade dessa população e exigindo uma maior atuação do poder público no enfrentamento ao problema, voltada à proteção sanitária e assistência social.

Em abril de 2020, o MNPR, junto a outras organizações não governamentais, criou o Grupo de Trabalho (GT) do qual participaram também membros da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) e outras instituições. Este GT busca, a partir de diálogos com esta Secretaria de Natal, ampliar os cuidados e proteção à população em situação de rua. Vale salientar que em 2011 foram abertos serviços socioassistenciais para a população em situação de rua na cidade, um Centro Pop e um Albergue Municipal. No entanto, após 10 anos desses serviços, ainda não houve nenhuma ampliação.

No contexto pandêmico, a resposta governamental não foi satisfatória e as principais necessidades não foram atendidas, sendo estas de abrigo, higiene e alimentação. Em 2020, apenas três abrigos temporários foram criados em Natal e em somente três outros municípios no RN: Parnamirim, Macaíba e Mossoró. Em março, por meio de diálogos com o governo do estado, o MNPR e entidades parceiras conseguiram a gratuidade para a população em situação de rua nos Restaurantes Populares em todo o RN, porém estes não atendem a toda demanda, devido ao grande número de pessoas em situação de rua frente à disponibilidade desse serviço. Outra carência socioassistencial diz respeito aos pontos para higiene pessoal e acesso à água potável, que se tornaram ainda mais restritos ou inexistentes, assim como os espaços para trabalho e repouso.

Diante desse quadro, o MNPR/RN sentiu-se convocado a procurar o apoio da sociedade civil na busca de soluções para minimizar o problema. Neste sentido, teve destaque a campanha “A solidariedade não pode entrar em quarentena”, que, no primeiro semestre de 2020, de março a agosto, distribuiu semanalmente alimentos, água, roupas, água potável, materiais de higiene pessoal, cobertores e itens de proteção – como máscara e álcool em gel – para minimizar a penúria de uma população que não podia seguir as orientações de “ficar em casa”, uma vez que não tem moradia e que os abrigos criados não tinham vagas suficientes. Essa ação reuniu um grande número de instituições e grupos parceiros, tais como: ADRA, Brotar – Cozinha Afetiva, Projeto Máscaras + Renda, Sem Etiqueta, Espaço Dhyana, Jornada de Alimentação e Nutrição, Pastoral do Povo da Rua, Toca de Assis, Fraternidade Sem Fronteiras, Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio/CRDH/UFRN, dentre outras. Durante essas ações, também foram distribuídos folhetos informativos orientando sobre formas de contágio, modos de proteção, além de sinalizar o que a pessoa deveria fazer e como procurar ajuda em caso de adoecimento. A campanha também atendeu demandas vindas dos abrigos temporários como, por exemplo: cortes de cabelo, distribuição de cigarros e de fumo Maratá, vitaminas C, sandálias, máscaras, álcool em gel, materiais de higiene pessoal, roupas etc.

O MNPR no RN também promoveu dentro dos abrigos, através de uma doação de recursos de um projeto piloto de trabalho e renda, alternativas para fortalecer iniciativas de sobrevivência dos abrigados. Dialogando com a PopRua sobre as necessidades e habilidades das pessoas, foram adquiridas ferramentas para trabalhos diversos, como, por exemplo: a compra de cosméticos para revenda e bicicletas cargueiras para a população em situação de rua ter a oportunidade de emancipação.

Ainda em outubro de 2020, os abrigos temporários foram fechados, tendo a Prefeitura alegado a necessidade de desocupar as escolas onde estavam instalados, diante de uma possível volta às aulas. Foi aberto um abrigo 24 horas e o Centro Pop passou a funcionar no prédio do Albergue Noturno Espírita em Petrópolis, que

até hoje continua sem internet, dificultando os encaminhamentos e ações para a população em situação de rua. Uma delas se refere aos aluguéis sociais, já que os relatórios necessários para sua implantação, através do programa “RN Chega Junto”, dependem de internet para serem realizados.

Em 2021, a situação se agravou em Natal: há apenas um abrigo 24 horas, com 50 vagas para esta população. Em março de 2021, quando o abrigo contava com 49 usuários(as), 30 destes(as) foram diagnosticados com COVID-19. Este fato e outros acontecimentos causaram indignação, pois revelam um tratamento massificado e a falta de cuidados para evitar contaminação, como podemos ver na foto abaixo, que fala por si.



Figura 32: Copo para uso coletivo - Abrigo 24, Natal (2021).
Fonte: Vanilson Torres, Presidente do MNPR.

Outro acontecimento revoltante que ocorreu no dia 11 de fevereiro de 2021, por volta das 8h30min, foi a remoção dos barracos

de indivíduos e famílias que ocupavam a região do entorno do Viaduto do Baldo, pela Prefeitura de Natal. A ação foi realizada de forma truculenta e sem diálogo, sem notificação prévia, descumprindo os acordos que haviam sido firmados entre a Promotoria de Cidadania e a SEMTAS (Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social). Segundo o relato das pessoas que ocupavam o local, a remoção aconteceu sem que elas pudessem retirar nada de seus barracos; foram levados todos os seus pertences, incluindo materiais de trabalho, como uma balança de uma catadora de material reciclável. Além disso, houve a situação de um rapaz com deficiência, que relatou que foi abordado ainda dormindo, sendo puxado pela gola da camisa, e que teve sua cadeira de rodas jogada na caçamba do caminhão utilizado pela prefeitura para remoção dos barracos. A cadeira foi recuperada após apelo de uma das colegas da ocupação.

Quando membros do MNPR e apoiadores(as) chegaram ao local, os barracos já haviam sido destruídos e a justificativa dada foi a de que as 11 famílias que ali viviam já estavam contempladas com os aluguéis sociais, o que não procede, pois desde o dia 20 de agosto de 2020, quando houve a primeira tentativa de retirada das famílias do Viaduto do Baldo, o MNPR e demais apoiadores vinham denunciando a situação nas mídias sociais, mobilizando Ministério Público, Defensorias Públicas e Governo Estadual, buscando diálogo e medidas para resolução da questão.

Como é evidente, muitos foram e são os desafios que toda essa crise sanitária, econômica, política e social impõe, sobretudo aos mais vulnerabilizados. Mas ela também evidenciou a resistência e a capacidade de luta desses grupos e populações. Um sinal disso foi a retomada em Natal do Fórum Municipal em Defesa da População em Situação de Rua, composto de vários órgãos estatais e não governamentais com o objetivo de pensar permanentemente a criação de políticas públicas, ações de garantia dos direitos humanos e de uma vida digna para as pessoas em situação de rua.

INCLUSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO GRUPO PRIORITÁRIO DO PLANO DE VACINAÇÃO

Os acontecimentos narrados acima, dentre outros, mostram claramente a necessidade de inclusão da população em situação de rua como grupo prioritário para a vacinação. As negociações para que isto ocorresse foram iniciadas a partir de 24 de janeiro de 2021, quando chegaram as primeiras doses da CoronaVac ao Rio Grande do Norte. Anteriormente à chegada das vacinas, já havia sido marcada uma reunião presencial, na Escola do Governo, com o Secretário Estadual de Saúde, Cipriano Maia, representantes da atenção básica, da Subcoordenadoria de Informação, Educação e Comunicação (SIEC), na qual houve o diálogo e a exposição das dificuldades da população em situação de rua para o secretário. Dentre as dificuldades expostas, pode-se citar a evidente impossibilidade de cumprir a orientação de “Ficar em Casa” por falta de moradia, a não garantia de uso de máscaras, de higiene pessoal e de alimentação regular, inclusive de água potável para beber.

Após a reunião e diversas articulações, no dia 19 de março de 2021, houve uma reunião com o Comitê Estadual Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para População em Situação de Rua do RN (CIAMP-Rua) e foi comunicado que essa população seria vacinada, com a reserva técnica da vacina de Oxford. No dia 29 de março, foi iniciada a vacinação nos abrigos temporários, no Albergue de Parnamirim e nos Centros Pop de Natal e Parnamirim. Em Mossoró, a vacinação se deu nas ruas da cidade, e em Natal, a vacinação nas ruas ficou marcada para o dia 7 de abril, que coincidentemente é o Dia Mundial da Saúde.

No entanto, o município de Natal incluiu outras populações que previamente não estavam dentro dos grupos prioritários, como pessoas dentro do espectro autista, pessoas com Síndrome de Down, veterinários e trabalhadores da saúde que não atuavam na linha de frente no tratamento da COVID. Diante desta situação, o Ministério Público (MP) e o Núcleo de Tutela Coletiva da Defensoria Pública judicializaram um processo contra o Estado e contra o município, que mesmo sem citar em qualquer momento

a PopRua, a impediu de continuar a se vacinar a partir de 1º de abril. Mesmo assim, no dia 6 de abril, o MNPR e apoiadoras(es) em diálogos com o município de Natal, através da Secretaria Municipal de Saúde-SMS, acordaram que a vacinação da PopRua em Natal estaria mantida para o dia 7 de abril, ficando as demais pessoas para uma data posterior.

Assim aconteceu a vacinação na data prevista, na Toca de Assis, onde foram vacinadas cerca de 147 pessoas em situação de rua. Entretanto, o Ministério Público e a Defensoria Pública solicitaram o recolhimento das doses destinadas a esta população no dia 9 de abril. Mesmo com esse impedimento, entre os dias 29 de março e 7 de abril, cerca de 500 pessoas desta população chegaram a ser vacinadas. Apesar das medidas impeditivas, o MNPR não desistiu de garantir a vacinação contra a COVID-19 para a população em situação de rua no RN e está buscando meios, juntamente com entidades parceiras, para reverter essa decisão absurda.

*A justiça é uma serpente
que morde os pés descalços⁷*

7 Monseñor
Óscar Romero (*apud*
GALEANO, 2016,
p. 122).

Todas essas mobilizações culminaram em algumas articulações, e no dia 23 de abril, diante dos diálogos entre o MNPR Nacional, a Defensoria Pública da União, a Pastoral do Povo da Rua, os polos de Cidadania da UFMG, o Ciamp-Rua Nacional e a Fiocruz com a Coordenação do Plano Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde, conseguimos aumentar, em nível nacional, o número de doses da vacina contra a COVID-19 para a população em situação de rua no Brasil, passando de 66.963 doses para 140.559 doses. Está prevista para o dia 30 de abril a segunda reunião com a coordenação do Plano Nacional de Imunização (PNI) com a participação de representantes da Secretaria Estadual de Saúde do RN para discussão sobre a judicialização da vacinação da PopRua no RN e a construção do Informe Técnico da Vacinação da PopRua no Brasil.

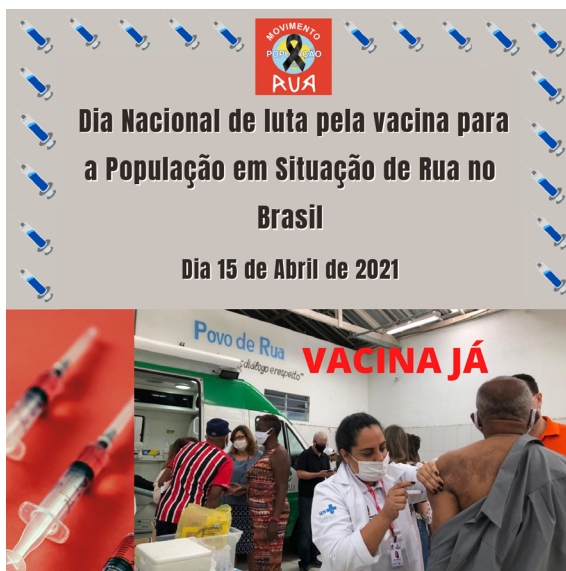


Figura 33: Card para a Campanha de Vacinação da população em situação de rua (2021). Fonte: produzido por Matheus Rios Silva Santos. Acervo MNPR/RN.

O MNPR NO GT URBANO

O MNPR iniciou sua participação no projeto Boas Práticas em 5 de junho de 2020, através de José Vanilson Torres da Silva (coordenador do MNPR) na “I Conversa de Sementes: Triálogo entre População em Situação de Rua, Comunidade Indígena Amarelão e Comunidade Universitária”. Entretanto, devido às inúmeras atribuições assumidas em prol do MNPR por Vanilson na pandemia, somente a partir de outubro passou a haver a participação regular de outra liderança (Beto Franzisko) e mais dois apoiadores – Matheus Rios e Maria Teresa Nobre, ambos do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN, discente e docente, respectivamente – nas reuniões semanais. A partir de então, trabalhamos na elaboração do instrumento (questionário) para diagnóstico da população em situação de rua, sobretudo no que diz respeito à adequação à realidade desta população ao que já havia sido proposto pela ACREVI (também integrante do GT Urbano). Essa adequação se fez necessária porque a população em situação de rua vive uma realidade muito diferente,

com especificidades e singularidades referentes a todos os eixos do questionário (perfil – sobretudo quanto à moradia, família e trabalho –, e eixos: sociocultural, saúde, tecnológico e específico – ligado ao movimento social), que demandou inclusões, modificações e adaptações necessárias, coletivamente definidas.

Há muitas dificuldades na execução do projeto referente à aplicação do questionário, – que ainda não foi iniciada –, para elaboração do diagnóstico e realização das oficinas. Destacamos a atual escassez de lideranças à frente do movimento, quadro que difere de anos anteriores, como dissemos anteriormente, quando o MNPR estava presente nos espaços de controle social, em outras esferas do poder público e na condução interna do movimento. O impacto da COVID-19 sobre a vida das pessoas em situação de rua foi devastador, o que implicou também na organização política do movimento social, de modo que atualmente há poucas lideranças à frente do MNPR para atender a uma série de demandas, sobretudo na relação com o Estado em busca de garantia de direitos dessa população.

Neste contexto, houve a decisão de abrir um processo de seleção de dois(duas) bolsistas para dar maior impulso às atividades do projeto “Boas Práticas”: um(a) estudante de graduação e um(a) participante do MNPR. A seleção do(a) discente se deu através de entrevistas a candidatos(as) que já tivessem envolvimento com a luta pelos direitos humanos e com o MNPR, optando-se pelo estudante do Curso de Direito da UFRN, Davi Vieira, membro do Projeto Motyrum – Educação Popular em Direitos Humanos e apoiador deste movimento. Quanto à participação de pessoas ligadas ao MNPR, foi escolhida Luanda Luz, pelo seu envolvimento com as mulheres em situação de rua, que representam um grupo ainda mais vulnerável dentro desta população, como ela mesma afirma, em poema de sua autoria:

MULHER DA RUA

Verônicas, Flavianas, Marcelas e Cristinas
mães, tias e filhas...
Olhares cansados e distantes
por não ter casa, carro, CasaCor, moda e festinha de luxo

Que vivem do lixo seu luxo
que não precisam de casa, carro, CasaCor,
moda nem festinha de luxo
Meninas da vida, mulheres da rotina
rotina da rua sim!
Lava, passa, cozinha, igual a tia, a vizinha
se sonhavam...

Sim, e como sonhavam...
Mas o tempo engoliu seus sonhos com tanta sede
que tantas vezes se perderam, choraram, gritaram,
se esconderam e espernearam
Só queriam colo, carinho e afeto

Bom, mulher da rua sim!
Amada pela vida, pelos homens
igual a carniça, cobiçada por ser nova, velha
por ser vivida, por ser diferente
loira, morena, ruiva, inteligente
olho negro, azul ou verde
Cobiçada por ser mulher, por ser gente.
Sou diferente não, mulher!!

O que você pensa, hein?
Só porque você vai ao salão do Antônio de Biaggi
frequenta as colunas das cosmopolitans da vida
tem seu Hyundai do ano, faz clareamento dentário
tem escritório assinado por Débora Aguiar e usa Chanel?

Sou mulher, mãe, p***
e escritora da minha própria vida
Sou eu mesma!
Já fiz errado mas tenho minha cabeça erguida
fui escorraçada e amordaçada mas sou guerreira da vida
Meu sonho, você quer saber?
Minha vida minha dignidade
Me respeita, porra!
Eu sou assim como sua irmã, sua avó, sua prima, sua mãe...
Eu tenho sangue,
sangue que nem eu contei
mas me foi roubado, subtraído, tirado
Meu sonho? Meu sétimo filho esse foi perdido,
filho do direito que a mim foi concedido
por Deus e meu padrinho Padre Ciço

Vieram e arrancaram de mim
e nem seu sorriso pude admirar
nem pude ver andar...
Por que o direito dado por Deus pai amado
de ser mãe me foi tirado?
Só porque moro na rua?
Mas guerreira sou
pelas graças de Deus me ergo
me sento na calçada e penso...
no que eu penso mesmo?
Ah! sim!
em ser feliz, eu sou feliz
Não pense que eu só choro, não menino!

Tô dizendo, sou igual a suas parentas
uso batom, boto o vestido bonito, colar e brinco,
vou no pagode de quinta,
deixo de ser mito, existo!!!
Boto minha cara na rua, na revista estampada
sou modelo, fotografada e maquiada
sou mulher da vida diferenciada, claro!

Se tudo fosse igual não teria graça
muito prazer, meu nome é Maria
Maria de rua da Graça

Luanda Luz

PARA FINALIZAR ESTA PROSA, POR ENQUANTO, NUNCA É DEMAIS LEMBRAR: “SÓ AS LUTAS MUDAM A VIDA”

Para finalizar, gostaríamos de homenagear tantos companheiros e companheiras de luta nas ruas do Rio Grande do Norte e de outros estados brasileiros, que tiveram suas vidas ceifadas pela fome, pela doença, pela injustiça, por inúmeras violências, que sofreram durante anos com a discriminação, o preconceito, a falta de direitos, a morte lenta, a falta de acesso a inúmeras necessidades básicas. Esse quadro de vulnerabilidade, decorrente dos efeitos do capitalismo e do colonialismo, acirrados de modo perverso pelas políticas neoliberais, pela crise mundial dos direitos humanos, pelas desigualdades de gênero, classe, raça e cor, geracionais, pela ruptura dos vínculos afetivos, dentre outros processos, faz crescer em todo o mundo, a cada dia, contingentes enormes de pessoas que vivem à margem dos direitos sociais e políticos, dentre os quais o direito à cidade e o direito à vida.

Uma dessas pessoas foi Maria Lúcia Santos Pereira, de quem falamos anteriormente, que viveu 16 anos da sua vida nas ruas e nos deixou em 2018, vítima de uma doença crônica, decorrente dos anos que viveu em situação de rua. Sua forma de defender os(as) companheiros(as) de rua lhe rendeu o apelido de “Advogada dos Maloqueiros”. Com o tempo, e por conta disso, passou a ser reconhecida como liderança das pessoas em situação de rua. Vinculou-se ao MNPR em 2008, sendo reconhecida como uma das maiores referências desse movimento no Brasil e internacionalmente.

Em 2016, Maria Lúcia participou de uma reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em Genebra. A coordenadora do MNPR levou a fala de quem sabe o que é dormir nas calçadas da cidade e surpreendeu quem esteve presente. Rostos

curiosos e semblantes atentos revelaram o interesse de quem ouvia. “Se vocês tivessem encontrado comigo há 16 anos, não dariam nada pela minha vida. Hoje eu estou aqui, na ONU, para falar sobre os direitos das pessoas em situação de rua”, falou para os participantes, entre eles, diplomatas brasileiros.



Figura 34: Lúcia em evento no Equador representando a população de rua brasileira. Fonte: Fotografia da rede social pessoal e pública de Maria Lúcia Santos Pereira (in memorian), 2016. Créditos: acervo pessoal. Disponível em: <https://www.facebook.com/contatomarialuciapereira/?ti=as>.

O poema abaixo, de autoria de José Vanilson Torres, é uma homenagem a essa guerreira das ruas e a todas e todos que fazem essa luta.

MARIA LÚCIA: A GUERREIRA DAS RUAS

I

Estou começando esses
Versos com muita emoção
Pois vou falar de uma
Guerreira que mudou
Minha vida, minha visão

II

Seu nome??? Maria
Lúcia Santos Pereira
Mulher da rua, negra
[Baiana, brasileira...

III

A conheci em 2012
Na Terra do Sol
Na cidade de Natal
Sua fala me encantou uma
Mulher sensacional

IV

Lembro me como se fosse
Hoje, eu ainda sem
[Destino e ela chega
[pra Mim e diz:
Você consegue!!! vamos
[lutar esse menino!!!!

V

A partir daquele momento
Me despertei para lutar
E Lúcia sempre me dizendo
Não desista!!! É difícil
Mas precisamos continuar

VI

Com todo aquele carinho
E confiança que ela
Depositou em mim
Percebi que era preciso
Continuar na luta sim

VII

O que eu aprendi devo
Tudo a essa negra mulher
Foi ela que me ensinou
A lutar por direitos
E quão importante é

III

Mas Deus em um certo
Dia percebeu que seu
Exército estava desfalcado
[e resolveu convocá-la
[pra guerrear ao seu lado

X

Pra nós pobres mortais
Sem muito compreender
E sem querer aceitar
Nem ao menos entender
A possibilidade de um
[dia Te perder

X

Mas após refletirmos pelo
Olhar do criador Percebe-
[mos que Felizmente
Não há perdemos Simples-
[mente você voou

XI

Voou para um voo
Mais longo e mais alto
Um voo necessário
[e Realmente essencial que É
[lutar no grande
Exército, exército celestial

Não se preocupe Maria
[Lúcia pois aqui na Terra
[Estaremos lutando lado a
[Lado com você, para você
E sempre por você
Mas sabemos que sua
[Missão agora é em outras
[Frentes combater

XIII

Pra você Maria Lúcia
Nós aqui na luta e na
Resistência
Tiramos nosso chapéu
E ficamos muito felizes
Por termos uma grande
Guerreira Poprua nos
Exércitos do céu

#marialuciapresente...

Entretanto, se a vida nas ruas é uma experiência de carência, privação e pobreza extrema, é também lugar de resistência, de luta, de arte, de criação. Por isso, convocamos o nosso companheiro Beto Franzisko (*in memoriam*), que participou do projeto “Boas Práticas” e de tantas lutas da PopRua, para finalizar nossa participação aqui, fazendo ecoar a sua voz guerreira e de resistência, que nos acompanhará sempre.

“A rua, nos momentos mais difíceis, foi sempre meu abrigo, não teve outro lugar para eu ir. A rua foi o lugar que eu me encontrei. Eu não tenho a rua como a grande mazela. Minha vida na rua também tem meu lado liberto, tem meu lado livre. Não tenho a rua como a grande comoção negativa da minha vida, não... Minhas grandes alegrias são nas ruas. São nas ruas que eu vendo meu trabalho, são nas ruas que eu conheço pessoas, são nas ruas que eu namoro, são nas ruas que eu paquero, são nas ruas que eu conquisto coisas, são nas ruas que eu realizo projetos e hoje eu defendo um povo que está nas ruas. E o artista é isso mesmo. Nós do movimento temos interesse em oxigenar isso. Que as pessoas saiam das ruas, mas aqueles que querem ficar, que fiquem com dignidade.”⁸

8 Narrativa do documentário “Conheço o meu lugar: a trajetória de Beto e outros Franciscos”. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=pluroeLherA>. Acesso em: 5 maio 2021.



Figura 35: Beto Franzisko, do MNPR. *In memoriam*. Fonte: Acervo da rede pessoal e pública de Beto. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100028428278918>.

REFERÊNCIAS

CARTA de Brasília. Disponível em: <http://www.mnncr.org.br/sobre-o-mnncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasil>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CONHEÇO meu lugar: a trajetória de Beto e outros Franciscos. 2015. 38 min. Diretora: Rosana Reis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=piuroelhera>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GALEANO, E. **Patás arriba**: la escuela del mundo al revés. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

População em situação de rua cresce e fica mais exposta à COVID-19. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&Id=35811. Acesso em: 20 fev. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR).

Cartilha conhecer para lutar. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/file/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS

RECICLÁVEIS (MNCR). **Carta de Brasília**. Disponível em: <http://www.mnncr.org.br/sobre-o-mnncr/principios-e-objetivos/carta-de-Brasilia>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS

RECICLÁVEIS (MNCR). **Princípios e objetivos do MNCR**. Disponível em: <http://www.mnncr.org.br/sobre-o-mnncr/principios-e-objetivos/carta-de-Brasilia>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MEDEIROS, F. C.; ALMEIDA, H. T.; OLIVEIRA, I. M. F. F. Para além da sopa e do cobertor: trabalho, assistência social e os direitos da população em situação de rua. In: NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C.; MATOS, A. C. V. **Vozes, imagens e resistências nas ruas**: a vida pode mais! [Recurso Eletrônico] Natal: EDUFRN, 2019. 621 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28193>. Acesso em: 28 abr. 2021.

NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C.; MATOS, A. C. V. **Vozes, imagens e resistências nas ruas**: a vida pode mais! [Recurso Eletrônico] Natal: EDUFRN, 2019. 621 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28193>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VACINA CONTRA COVID-19 PARA PRESTADORES(AS) DE SERVIÇOS E MORADORES(AS) DE RUA, UMA TRADUÇÃO

10

Health Leads USA, 04/03/2021*

Tradução:

Nathalia Maíra Cabral (texto)

Ingrid Lorena de Siqueira Dantas (texto na imagem)

Grupo de Trabalho Tradução

RACIAL EQUITY AND VACCINE DISTRIBUTION

The United States cannot successfully plan to vaccinate people experiencing homelessness without focusing on racial equity. It is important for homeless service providers to ensure engagement of Black, Indigenous, and People of Color in planning for vaccine rollout in communities. We are pleased to bring you the first of a series designed to prepare homeless service providers with knowledge of the historical background of medical distrust that may lead to vaccine hesitancy. Note that Black, Indigenous, and People of Color are not a monolith, and we should not assume that all are vaccine hesitant or that

EQUIDADE RACIAL E DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS

Os Estados Unidos não podem planejar com sucesso a vacinação de pessoas que vivem em situação de rua sem focar na igualdade racial. É importante que os prestadores de serviços para moradores de rua garantam o envolvimento de negros, indígenas e outras pessoas racializadas no planejamento da distribuição de vacinas nas comunidades. Temos o prazer de apresentar a você o primeiro de uma série destinada a preparar prestadores de serviços para moradores de rua que apresentam o histórico de desconfiança médica que pode levar à hesitação da vacina. Observe que negros, indígenas e outras pessoas racializadas não são os

* Disponível em:
<https://healthleadsusa.org/equitable-vaccine-distribution-project/#.YCRwEAgkxbg>.
mailto. Acesso em: 5
maio 2021.

there aren't white people who are also hesitant for a variety of reasons. Continuums of Care (CoCs) and homeless service providers should educate, inform, and engage all persons with empathy and understanding. We look forward to engaging with you in this extremely important dialogue.

HUD MESSAGE

Goals and Objectives for Equitable Vaccine Distribution to People Experiencing Homelessness

The COVID-19 pandemic has amplified the historical and current discrimination experienced by racial and ethnic minority groups and people experiencing homelessness. Underlying health and social inequities have resulted in Black, Indigenous, and People of Color being disproportionately impacted by the disease. Vaccination against COVID-19 can significantly reduce severe morbidity and mortality among people experiencing homelessness, which will

únicos a ocupar o grupo de moradores de ruas, e não devemos presumir que todos estão hesitantes com a vacina ou que não há brancos que também hesitam por uma variedade de razões. *Continuums of Care* (CoCs)¹ e prestadores de serviços para sem-teto devem educar, informar e envolver todas as pessoas com empatia e compreensão. Esperamos nos envolver com você neste diálogo extremamente importante.

MENSAGEM DO HUD²

Metas e objetivos para a distribuição equitativa de vacinas para pessoas que vivenciam a situação de rua

A pandemia COVID-19 ampliou a discriminação tanto histórica quanto atual vivenciada por grupos de minorias raciais e étnicas e pessoas que vivem em situação de rua. Injustiças sociais e de saúde subjacentes resultaram em negros, indígenas e outras pessoas racializadas sendo desproporcionalmente impactados pela doença. A vacinação contra COVID-19 pode reduzir significativamente a morbidade e mortalidade graves entre pessoas que vivem em situação de

1 Continuidade do cuidado/Linha de cuidado refere-se à oferta padronizada e continuada de serviços de assistência à saúde dos(as) usuários(as) por parte do Sistema de Saúde.

2 US Housing and Urban Development - Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos.

require confronting racial inequities and building vaccine confidence.

HUD is working in partnership with the CDC to provide guidance and planning support to homeless response systems **with the goal of ensuring the equitable distribution of the vaccine to people experiencing homelessness and essential homeless services staff, based on community prioritization strategies.**

To achieve this goal, HUD sets out clear objectives, which includes calling on communities to:

Ensure the demographics of people experiencing homelessness who have been vaccinated mirrors the demographics of the population of people experiencing homelessness.

Strive for an overall vaccination rate of people experiencing homelessness that is comparable to or better than the vaccination rate of the general population.

Lead with a race equity lens by focusing on: a) establishing vaccine confidence in historically margin-

rua, o que exigirá o enfrentamento das desigualdades raciais e a construção da confiança na vacina.

O HUD está trabalhando em parceria com o CDC para fornecer orientação e suporte de planejamento para sistemas de amparo aos desabrigados **com o objetivo de garantir a distribuição equitativa da vacina para pessoas que vivenciam a situação de sem-teto e equipes de serviços essenciais para sem-teto, com base em estratégias de priorização da comunidade.**

Para atingir essa meta, o HUD estabelece objetivos claros, que incluem convocar as comunidades para:

Certificar-se de que as pessoas que vivem em situação de rua que foram vacinadas reflitam os dados demográficos referente a esse grupo populacional.

Mobilizar esforços para obter uma taxa de vacinação geral das pessoas que vivem desabrigadas, de modo que seja comparável ou melhor do que a taxa de vacinação da população em geral.

Liderar tendo em vista a equidade racial, focando em: a) estabelecer

alized communities; b) developing meaningful engagement strategies for these populations; and c) continuously examining our data to determine if we are making measurable improvements.

Create engagement strategies that focus on the intersection of race and other historically marginalized populations who are over-represented in the population of people experiencing homelessness, such as people with disabilities and people who identify as LGBTQ.

See the COVID-19 Vaccination: HUD Message at HUD.gov for key policy issues.

EQUITY SERIES PART I: UNDERSTANDING THE HISTORICAL ROOTS OF PUBLIC HEALTH AND MEDICAL INSTITUTION MISTRUST

The devastating impact of COVID-19 on Black, Indigenous, and People of Color communities is bringing to the forefront the

confiança na vacina em comunidades historicamente marginalizadas; b) desenvolver estratégias de engajamento significativas para essas populações; e c) examinar continuamente nossos dados para determinar se estamos fazendo melhorias mensuráveis.

Criar estratégias de engajamento que enfoquem a intersecção de raça e outras populações historicamente marginalizadas que estão super-representadas na população de pessoas que vivem em situação de rua, como pessoas com deficiência e pessoas que se identificam como LGBTQ+.

Consulte a Vacinação COVID-19: Mensagem do HUD em HUD.gov para os principais problemas de política.

SÉRIE DE EQUIDADE PARTE I: COMPREENDENDO AS RAÍZES HISTÓRICAS DA SAÚDE PÚBLICA E DA DESCONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES MÉDICAS

O impacto devastador da COVID-19 nas comunidades negras, indígenas e outras pessoas racializadas está

historical inequities that have existed in the United States since its inception. Near the end of 2020, over 170 cities, counties, state legislatures, and other governmental leaders declared racism a public health crisis. In their Joint Statement on Racism in America, the National Medical Association and American Psychiatric Association stated, “We must do more than speak out in the moment, we must act to ensure that systemic racism is exposed and eliminated throughout our country and its institutions.”

The homeless response system continues to design strategies and resources that align with public health guidance in response to the pandemic. In order to do that effectively, it is critical that stakeholders and providers understand the root causes of mistrust and uncertainty that Black, Indigenous, People of Color hold about public health and healthcare systems. In gaining this understanding, communities are better equipped to lead with equity and approach vaccine distribution efforts with cultural humility.

Cultural humility gives us a greater understanding of cultures that

trazendo à tona as desigualdades históricas que existiram nos Estados Unidos desde seu início. Perto do final de 2020, mais de 170 cidades, condados, legislaturas estaduais e outros líderes governamentais declararam o racismo uma crise de saúde pública. Em sua Declaração Conjunta sobre Racismo na América, a *National Medical Association* e a *American Psychiatric Association* declararam: “Devemos fazer mais do que falar no momento, devemos agir para garantir que o racismo sistêmico seja exposto e eliminado em todo o nosso país e em suas instituições”.

O sistema de resposta aos sem-teto continua a projetar estratégias e recursos que se alinham com as orientações de saúde pública em resposta à pandemia. Para fazer isso de forma eficaz, é fundamental que as partes interessadas e os provedores entendam as raízes da desconfiança e incerteza que os negros, indígenas e outras pessoas racializadas têm sobre a saúde pública e os sistemas de saúde. Ao obter esse entendimento, as comunidades estão mais bem equipadas para liderar com equidade e abordar os esforços de distribuição de vacinas com humildade cultural.

are different from our own and helps us recognize each person's unique cultural experiences. Practicing cultural humility involves having a humble and respectful attitude toward people of other cultures and ongoing self-exploration combined with a willingness to learn from others. This practice helps us recognize our cultural biases and realize that we can't know everything about a culture – that there is always more to learn about one another.

A humildade cultural nos dá uma maior compreensão de culturas que são diferentes da nossa e nos ajuda a reconhecer as experiências culturais únicas de cada pessoa. Praticar a humildade cultural envolve ter uma atitude humilde e respeitosa para com as pessoas de outras culturas e um autorreconhecimento contínuo combinado com uma vontade de aprender com os outros. Essa prática nos ajuda a reconhecer nossos preconceitos culturais e a perceber que não podemos saber tudo sobre uma cultura – que sempre há mais para aprender uns sobre os outros.

HISTORY OF REPRODUCTIVE HEALTH INJUSTICE AGAINST BLACK, INDIGENOUS, AND PEOPLE OF COLOR

Reproductive health disparities have existed in marginalized communities for generations. Maternal mortality rates continue to overwhelm women of color, particularly Black women. In addition, the post-partum needs of Black, Indigenous, and Women of Color continue to be disproportionately met¹. This historical

UMA HISTÓRIA DE INJUSTIÇA NA SAÚDE REPRODUTIVA CONTRA NEGROS, INDÍGENAS E OUTRAS PESSOAS RACIALIZADAS

As disparidades na saúde reprodutiva existem em comunidades marginalizadas há gerações. As taxas de mortalidade materna continuam a devastar as mulheres de cor, especialmente as mulheres negras. Além disso, as necessidades pós-parto de negras, indígenas e mulheres de cor continuam sendo

reality has amplified uncertainty during the COVID-19 pandemic and is one that marginalized women who are pregnant and experiencing homelessness may be grappling with as well. Concerns may include: the impact of the vaccine on reproductive health, what consent forms or information provided about vaccination may really mean, and how data collected will be used and stored.

When having vaccine discussions with Black, Indigenous, and Women of Color who are pregnant and experiencing homelessness, the historical experiences below may impact or inform conversations.

Information presented in the following two sources shows how traumatic experiences can adversely impact an individual and their community across a lifespan. It also reaffirms the importance of transparency and information sharing, in culturally competent terms, about procedures.

desproporcionalmente atendidas. Essa realidade histórica ampliou a incerteza durante a pandemia de COVID-19 e é algo que as mulheres marginalizadas que estão grávidas e vivem na rua também podem estar lutando contra. As preocupações podem incluir: o impacto da vacina na saúde reprodutiva, o que os formulários de consentimento ou as informações fornecidas sobre a vacinação podem realmente significar e como os dados coletados serão usados e armazenados.

Ao ter discussões sobre vacinas com negras, indígenas e mulheres de cor que estão grávidas e vivenciando a situação de rua, as experiências históricas abaixo podem impactar ou informar.

As informações apresentadas nas duas fontes a seguir mostram como as experiências traumáticas podem impactar negativamente um indivíduo e sua comunidade ao longo da vida. Também reafirmam a importância da transparência e do compartilhamento de informações, em termos culturalmente competentes, sobre os procedimentos.

PAST AS PRESENT: AMERICA'S SORDID HISTORY OF MEDICAL REPRODUCTIVE ABUSE AND EXPERIMENTATION

This article provides a history of reproductive abuse and experimentation on Black, Indigenous, and Puerto Rican women and dives into the recent treatment of women detained by U.S. Immigration and Customs Enforcement (ICE) during the COVID-19 pandemic.

These two sources detail the 1970s case of forced sterilization of 10 Mexican American women by the Los Angeles County-USC Medical Center. The sources demonstrate the intersections of classism and racism perpetuated against Black, Indigenous, and People of Color in healthcare systems.

HISTORY OF BIOMEDICAL RESEARCH INJUSTICE AGAINST BLACK, INDIGENOUS, AND PEOPLE OF COLOR

The involuntary use of DNA from marginalized populations to fur-

PASSADO COMO PRESENTE: A HISTÓRIA SÓRDIDA DO ABUSO E DA EXPERIMENTAÇÃO MÉDICA REPRODUTIVA NA AMÉRICA DO NORTE³

Este artigo fornece um histórico de abuso reprodutivo e experimentação em mulheres negras, indígenas e porto-riquenhas e analisa o tratamento recente de mulheres detidas pela Imigração e Fiscalização Alfandegária dos EUA (ICE) durante a pandemia COVID-19.⁴

Essas duas fontes detalham o caso da década de 1970 de esterilização forçada de 10 mulheres mexicano-americanas pelo *Los Angeles County-USC Medical Center*. As fontes demonstram as interseções do preconceito de classe e racismo perpetuado contra negros, indígenas e outras pessoas racializadas nos sistemas de saúde.

HISTÓRIA DA PESQUISA BIOMÉDICA INJUSTIÇA CONTRA NEGROS(AS), INDÍGENAS E OUTRAS PESSOAS RACIALIZADAS

O uso involuntário de DNA de populações marginalizadas para

3 Disponível em: <https://www.nationalpartnership.org/our-work/resources/health-care/past-as-present-american-sordid-history-of-medical-reproductive-abuse-and-experimentation.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

4 “Madrigal v. Quilligan”, 1981. Disponível em: <https://guides.loc.gov/latinx-civil-rights/madrigal-v-quilligan>. The Women of the Madrigal vs Quilligan Case. Disponível em: <https://www.pbs.org/independentlens/blog/renee-tajima-pena-on-the-women-of-the-madrigal-vs-quilligan-case/>. Acesso em: 5 maio 2021.

ther biomedical research has contributed to broader vaccine hesitancy circulating within the communities of Black, Indigenous, and People of Color. The experiences below provide insight into some of the many origins of distrust among these communities. It reinforces why homeless response systems providing as much information as possible to persons experiencing homelessness and staff about vaccine safety, efficacy, side effects, and other aspects is critical in order to build confidence.

GENOMIC JUSTICE FOR NATIVE AMERICANS: IMPACT OF THE HAVASUPAI CASE ON GENETIC RESEARCH

This article details the misleading study conducted on the Havasupai Tribe. The Havasupai “Diabetes Project” was an effort led by a group of Arizona State University researchers. Its original and sole intent was to assist the tribe in addressing the diabetes epidemic the community was experiencing. However, the collected

futuras pesquisas biomédicas tem contribuído para uma maior hesitação vacinal que circula nas comunidades de negros, indígenas e outras pessoas racializadas. As experiências abaixo fornecem uma visão sobre algumas das muitas origens da desconfiança entre essas comunidades. Tais exemplos reforçam por que os sistemas de resposta aos sem-teto são essenciais para construir confiança, principalmente quando fornecem o máximo de informações possível às pessoas que vivenciam a situação de sem-teto e à equipe sobre a segurança, eficácia, efeitos colaterais e outros aspectos da vacina.

JUSTIÇA GENÔMICA PARA AMERICANOS(AS) NATIVOS(AS): IMPACTO DO CASO HAVASUPAI NA PESQUISA GENÉTICA⁵

Este artigo detalha o estudo fraudulento realizado na tribo Havasupai. O “*Diabetes Project*” Havasupai foi um esforço liderado por um grupo de pesquisadores da Arizona State University. Sua intenção original e única era ajudar a tribo a lidar com a epidemia de diabetes que a comunidade estava enfrentando. No entanto, as amostras de DNA

5 Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5310710/>. Acesso em: 5 maio 2021.

DNA samples were used in ongoing genetic and mental health related studies without consent. The article shows how trust for medical providers was impacted in the community, and why, similar to the Tuskegee experiments, these types of incidents have long-lasting effects. It talks about the importance of intentionally and consistently creating opportunities for individuals to express their concerns and to have them addressed. In addition, it discusses why there can be complexity in building trust with communities.

LESSONS FROM HELA CELLS: THE ETHICS AND POLICY OF BIOSPECIMENS

This article details the story of Henrietta Lacks, the 30-year-old African American woman whose cervical cancer tissue samples were used, without her knowledge or consent, from 1951 to the present, in order to further biomedical research. Ms. Lacks' cells were proved to be especially valuable and used in research for a variety of fields including the development

coletadas foram usadas em estudos genéticos e de saúde mental em andamento, sem consentimento. O artigo mostra como a confiança dos provedores de serviços médicos foi afetada na comunidade e por que, semelhante aos experimentos de Tuskegee (<https://www.cdc.gov/tuskegee/index.html>), esses tipos de incidentes têm efeitos duradouros. Ele fala sobre a importância de criar oportunidades de forma intencional e consistente para que os indivíduos expressem suas preocupações e as tratem. Além disso, ele discute porque pode haver complexidade na construção de confiança com as comunidades.

LIÇÕES DAS CÉLULAS HELA: A ÉTICA E A POLÍTICA DE BIOESPÉCIMES⁶

Este artigo detalha a história de Henrietta Lacks, a mulher afro-americana de 30 anos cujas amostras de tecido de câncer cervical foram usadas, sem seu conhecimento ou consentimento, de 1951 até o presente, a fim de continuar a pesquisa biomédica. As células da Sra. Lacks provaram ser especialmente valiosas e usadas em pesquisas para uma variedade de

6 Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-ge-nom-083115-022536>. Acesso em: 5 mar. 2021.

of the polio vaccine, developing treatments for blood disorders, and understanding the infectivity of HIV/AIDS and Tuberculosis. The article also highlights the discriminatory impact on her family's socioeconomic status. The Lacks family never received any financial benefit from the use of Ms. Lacks' cells and continued to live in poverty with limited access to healthcare. Additionally, the article discusses issues around data confidentiality, as Ms. Lacks' tissue samples continue to be shared and commoditized for public and private research without her family's consent.

Reproductive health and biomedical research injustice are only two examples of historic medical racism with present day implications. It is pivotal that communities equip themselves with both this historical knowledge as well as information about the current experience of inequities, bias, and lack of access to quality healthcare that marginalized communities face. This will help providers initiate conversations with marginalized people experiencing homelessness, especially those who may be vaccine hesitant. The COVID-19 pandemic

campos, incluindo o desenvolvimento da vacina contra a poliomielite, o desenvolvimento de tratamentos para doenças do sangue e a compreensão da infecção do HIV/AIDS e da tuberculose. O artigo também destaca o impacto discriminatório no status socioeconômico de sua família. A família Lacks nunca recebeu qualquer benefício financeiro do uso das células da Sra. Lacks e continuou a viver na pobreza, com acesso limitado aos cuidados de saúde. Além disso, o artigo discute questões sobre confidencialidade de dados, já que as amostras de tecido da Sra. Lacks continuam a ser compartilhadas e commodificadas para pesquisas públicas e privadas sem o consentimento de sua família.

A saúde reprodutiva e a injustiça na pesquisa biomédica são apenas dois exemplos de racismo médico histórico com implicações nos dias de hoje. É fundamental que as comunidades aprendam com esse conhecimento histórico e também com informações sobre a experiência atual de desigualdades, preconceitos e falta de acesso a cuidados de saúde de qualidade que as comunidades marginalizadas enfrentam. Isso ajudará os profissionais de saúde a iniciarem

has only heightened existing inequities that Black, Indigenous, and People of Color face in both healthcare and homelessness.

conversas com pessoas marginalizadas que vivenciam a falta de moradia, especialmente aquelas que podem estar hesitantes com a vacina. A pandemia COVID-19 apenas aumentou as desigualdades existentes que os negros, indígenas e outras pessoas racializadas enfrentam tanto na saúde quanto na falta de moradia.

BUILDING VACCINE CONFIDENCE

In continuing to focus on ways to build vaccine confidence in persons experiencing homelessness and service provider staff, we are sharing the following community spotlight about the Benioff Homeless and Housing Initiative on the Community Health Outreach Worker (CHOW) approach and their recommendations for adapting it for local vaccine ambassador programs.

CONSTRUINDO A CONFIANÇA NA VACINA

Continuando a focar em maneiras de aumentar a confiança na vacina em pessoas que vivenciam a situação de sem-teto e na equipe de provedores de serviços, estamos compartilhando o seguinte destaque da comunidade sobre a abordagem *Benioff Homeless and Housing Initiative sobre o Community Health Outreach Worker (CHOW)* e suas recomendações para adaptá-la para programas de embaixadores de vacinas locais.

BENIOFF COMMUNITY HEALTH OUTREACH WORKER MODEL: CONSIDERATIONS FOR VACCINE AMBASSADOR PROGRAMS

As you engage with people experiencing homelessness and staff who are vaccine hesitant, paying attention to the language you use is crucial. This cheat sheet from Health Leads USA Equitable COVID-19 Vaccination Initiative provides a quick guide to language that is more effective.

Language that works to Improve Vaccine Acceptance

In previous newsletters we identified many other tools to support vaccine confidence, which you can access on the HUD Exchange COVID-19 Homeless System Response: Vaccine Planning and Distribution Page.

Domestic Violence/Sexual Assault/Human Trafficking Considerations for Survivors

As CoCs plan with public health partners for vaccine access for survivors of domestic violence, sexual assault and human trafficking, the

MODELO DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHADORES(AS) DA SAÚDE DA COMUNIDADE BENIOFF: CONSIDERAÇÕES PARA PROGRAMAS DE EMBAIXADORES DE VACINAS

Ao interagir com pessoas que vivem em situação de rua e funcionários(as) que estão hesitantes com a vacina, é fundamental prestar atenção à linguagem que você usa. Esta folha de dicas da *Health Leads USA Equitable COVID-19 Vaccination Initiative* fornece um guia rápido para uma linguagem mais eficaz.

Linguagem que funciona para melhorar a aceitação da vacina

Em boletins informativos anteriores, identificamos muitas outras ferramentas para apoiar a confiança em vacinas, que você pode acessar na página de planejamento e distribuição de vacinas do HUD Exchange COVID-19 Homeless System Response: Página de planejamento e distribuição de vacinas.

Considerações sobre violência doméstica/agressão sexual/tráfico de pessoas para vulneráveis

highest levels of confidentiality and safety must be maintained. The following guidance identifies key planning considerations.

VACCINE DISTRIBUTION & SURVIVOR SAFETY CONSIDERATIONS FOR HOMELESS SERVICE PROVIDERS

Data Considerations

The previously released Data Collection Options document recommended data that communities could collect in, and extract from, their Homeless Management Information Systems (HMIS) or other data collection systems to record COVID-19 vaccination screening and vaccine status information. The purpose of this companion document is to discuss a framework for analyzing and improving your vaccine distribution to people experiencing homelessness.

Como os CoCs planejam com parceiros de saúde pública o acesso à vacina para sobreviventes de violência doméstica, agressão sexual e tráfico de pessoas, os mais altos níveis de confidencialidade e segurança devem ser mantidos. A orientação a seguir identifica as principais considerações de planejamento.

DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS E CONSIDERAÇÕES DE SEGURANÇA DE SOBREVIVENTES PARA PRESTADORES(AS) DE SERVIÇOS PARA MORADORES(AS) DE RUA

Considerações sobre dados

As opções de coleta de dados lançadas anteriormente documentam dados recomendados que as comunidades poderiam coletar e extrair de seus Sistemas de Informação de Gerenciamento de Desabrigados (HMIS – *Homeless Management Information Systems*) ou outros sistemas de coleta de dados para registrar a triagem de vacinação COVID-19 e informações sobre o estado da vacina. O objetivo deste documento complementar é discutir uma estrutura para analisar e melhorar a distribuição de sua vacina para pessoas que vivem em situação de rua.

Injustiças na Saúde Reprodutiva & Pesquisa Biomédica

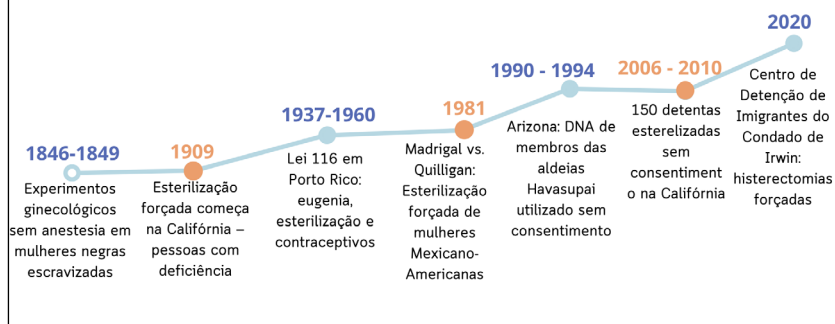


Figura 36: Injustiças na saúde reprodutiva e pesquisa biomédica. Slide apresentado no II Encontro Formativo. Fonte: Ingrid Dantas.

ACREVI, RECICLANDO MENTES COM BOAS PRÁTICAS

11

Enaira Liany Bezerra dos Santos
Karlla Christine Araújo Souza
Maria Betânia Ribeiro Torres
Yanka Araújo Lima
Grupo de Trabalho Articulação/Urbano

1. BREVE HISTÓRICO DA ACREVI

A Associação Comunitária Reciclando para a Vida (ACREVI) foi criada em maio de 1999, por iniciativa de Josefa Avelino, até então ocupando o posto de presidente. De acordo com a presidente, os trabalhos de coleta seletiva iniciaram através de um projeto voluntário, incentivado por um colega,¹ e que buscava recolher materiais recicláveis de porta em porta para gerar renda às famílias. A Figura 37 informa o surgimento da ACREVI e o papel dela para o meio ambiente e para o sustento das catadoras e catadores e de suas famílias.

1 Cavalcante (2014, p. 29).



Figura 37: "Reciclando para a vida", nota publicada no jornal *Gazeta do Oeste*. Fonte: Fotografia dos autores dos arquivos da ACREVI.

A coleta ocorre em parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró, em que a última disponibiliza veículos para coleta, far-damentos, prédio da sede e fornecimento de água, luz e telefone.² Além dos itens cedidos pela prefeitura, a ACREVI conta com estrutura física na sede, composta de um galpão que foi conseguido a partir de um projeto desenvolvido pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), prensa, balança industrial e *big bags*.

2 Costa-Neto (2011, p. 39).

Em todas as visitas à ACREVI, Josefa Avelino atenta ao fato da prensa utilizada ser velha e sempre quebrar, além de destacar outras dificuldades pelas quais a associação passa, como a de que hoje eles precisam operar apenas com um caminhão fornecido pela prefeitura. A coleta feita pela ACREVI contempla cerca de 17 bairros da cidade de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte, e é marcada pela luta e resistência dos catadores e catadoras que compõem a Associação. Como mostrado por Nascimento,³ a Associação divide-se em dois grupos: o das pessoas que realizam a coleta e os responsáveis pela triagem dos resíduos.

3 Nascimento (2013).

É notável que existem problemáticas tanto internas quanto externas à ACREVI, dado que os catadores e catadoras são pessoas comumente marginalizadas e que sempre competem espaço com soluções tecnológicas e com empresas particulares de coleta de resíduos. Ao fazer uma discussão sobre a inserção de tecnologias como “substituição” do papel de catadores, Souza, Lima e Varella⁴ afirmam que mesmo com tecnologias disponíveis, o sistema de gestão de resíduos sólidos de uma cidade só se faz eficiente com uma rede de vínculos humanos e sociais organizados pelos próprios catadores.

4 Souza, Lima e Varella (2021).

Nesse sentido, o projeto Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 acompanha a ACREVI e compreende que a condição de vulnerabilidade social e econômica das catadoras e dos catadores encontra-se agravada no contexto de pandemia. Este capítulo é intitulado “ACREVI: Reciclando Mentes com Boas Práticas”, pois “reciclando mentes” é um termo utilizado desde muito tempo por Josefa Avelino, presidente da associação, e tornou-se uma marca do seu trabalho junto à ACREVI.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DURANTE A PANDEMIA: MOMENTO DE PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES, RETOMADA DAS ATIVIDADES

A condição de vulnerabilidade socioambiental da coleta seletiva da ACREVI no contexto da pandemia é uma questão que merece destaque. A ACREVI, em razão do contato diário com resíduos potencialmente contaminados de residências e estabelecimentos comerciais, encontra-se vulnerável aos riscos de contaminação da COVID-19, e a condição social e econômica dos catadores e catadoras também deve ser ressaltada.

Deste modo, é de suma importância a construção coletiva de propostas de ações para demandas tanto emergenciais quanto a médio prazo para os trabalhadores e trabalhadoras da ACREVI. E neste sentido, a inclusão da ACREVI no GT-Urbano, junto com o MNPR, pesquisadoras, estudantes universitários(as) e organizações sociais, se constitui no fortalecimento de ações conjuntas e inclusivas na perspectiva de boas práticas na pandemia. Boas práticas no sentido de garantia ao acesso de equipamentos de proteção individual, de auxílio emergencial, de informações necessárias sobre a crise sanitária e do que pode ser reivindicado junto aos gestores públicos.

3. A ACREVI NO GT-URBANO: PROPOSTA DO DIAGNÓSTICO

O GT Urbano teve início no dia 24 de julho de 2020, quando foi realizada a primeira reunião com a presença de Dra. Ana Gretel Echazú Böschmeier, Dra. Karlla Christine Araújo Souza e Dr. Luan Gomes de Oliveira. Nesta reunião foram apresentados os objetivos do projeto Boas Práticas sobre a COVID-19 e o papel de cada equipe de articulação do projeto. Após a reunião, Karlla Souza entrou em contato com a atual presidente da ACREVI, Josefa

Avelino da Silva da Cunha, para apresentar e convidá-la a participar do projeto.

O objetivo do GT-Urbano é construir diálogos e ações de forma horizontalizada com os atores sociais que estão em contato com as comunidades. Diante disso e frente ao atual cenário, busca-se a construção de trocas de experiências, lutas e resistência no atual contexto de pandemia do novo coronavírus. Em razão desse panorama, a reunião desses atores sociais imprimiu a necessidade de *um diagnóstico sobre sua situação na pandemia*.

A primeira reunião em que estavam presentes toda equipe de articulação da ACREVI, Dra. Karlla Christine Araújo Souza, Dra. Maria Betânia Ribeiro Torres, a mestranda Yanka Araújo Lima e a graduanda Eunaira Liany Bezerra dos Santos, ocorreu no dia 25 de agosto de 2020. Neste encontro foi discutida a situação emergencial dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, que, na época, estavam impossibilitados de trabalhar porque a prefeitura cortou o serviço bem como por conta da dificuldade de manejo com as tecnologias de comunicação ocorrida na época. A preocupação com a participação da Josefa nas reuniões virtuais do projeto foram discutidas também: as primeiras demandas para elaboração do diagnóstico.

Os eixos do diagnóstico foram recomendados pela equipe de articulação, sendo estes os seguintes: perfil do entrevistado, eixo sociocultural, da saúde, e o eixo tecnológico, estes eixos com o objetivo de investigar sobre as condições de assistência de trabalho e social, a saúde antes e durante a pandemia, e se inteirar com o acesso a tecnologias de informação. Como consta no Relatório Parcial do GT Urbano (ACREVI), “O roteiro de diagnóstico para aplicar aos associados conta com 60 questões, distribuídas da seguinte forma: I) perfil do entrevistado com 16 questões; II) eixo sociocultural com 20 questões; III) eixo saúde com 15 questões; e IV) eixo tecnológico com 9 questões”. Destas, 22 questões eram subjetivas.

No ano de 2020, o diagnóstico geral foi aplicado às lideranças da ACREVI, Josefa, Anzelita e Sandra, e no ano de 2021, o diagnóstico específico foi aplicado com os associados que estão diretamente na coleta seletiva no município de Mossoró.

4. AUDIÊNCIA COM MINISTÉRIO PÚBLICO: MEDIÇÃO PARA CORRIGIR IRREGULARIDADES E AJUSTAR NOVAS CONDUTAS DA RELAÇÃO PREFEITURA DE MOSSORÓ E ACREVI

No dia 30 de abril de 2021, ocorreu uma audiência pública mediada pelo Ministério Público Federal (MPF) envolvendo a Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM) e a ACREVI. A manifestação foi realizada pela Profa. Dra. Karlla Christine Araújo Souza, graças à articulação que tem realizado entre a ACREVI e o projeto Boas Práticas sobre a COVID-19 no Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará: Tradução e Elaboração de Materiais nos Territórios. Fazem parte da equipe de articulação a Profa. Dra. Maria Betânia Ribeiro Torres, a mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas Yanka Araújo Lima e a graduanda em Gestão Ambiental Enaira Liany Bezerra dos Santos, todas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

O meio utilizado para provocar a reunião foi o site do Ministério Público e o registro foi efetivado na categoria de denúncia de irregularidade no que diz respeito ao convênio firmado entre a PMM e a ACREVI enquanto resultado do Plano de Saneamento Básico Setorial para a Limpeza Urbana e o Manejo dos Resíduos Sólidos (Prefeitura Municipal de Mossoró, fev. 2012). Após seis meses de espera, a PMM finalmente agendou a reunião e enviou seus representantes.

A mediação da ACREVI se inicia pela história de vida de Josefa Avelino, idealizadora da Associação. Josefa, uma plantadora de sonhos:



Figura 38: Fotografia de Josefa Avelino, Dona Zefa. Fonte: Jornal *O Mosso-roense*. Créditos: Arquivo de Josefa Avelino.

Pedimos licença à literatura de cordel, para – em forma de poesia – apresentarmos Josefa Avelino e o início de seu trabalho que deu origem à ACREVI:

Pra início eu vou dizer
Com muita satisfação
Quem foi que idealizou
Esta Associação
Começando um projeto
Dando exemplo à nação

Nela vejo lealdade
E a vontade de ajudar
Com sincera amizade
Algo a se valorizar
Com alegria e carisma
Pessoa de admirar
Eu quero também citar
Que muito ela ajudou
Aos jovens deste bairro
A quem ela incentivou
No ingresso ao trabalho
E alguns nele ingressou

Então ela iniciou
Com apenas um jumento
Que transportava o resíduo
Pro seu estabelecimento
No terreno que Manu
Deu para armazenamento

E sempre perseverante
A Zefa continuou
E depois de muita luta
Tanto fez que conquistou
Um espaço para a sede
Que a prefeitura doou

Laécio Fernandes de Medeiros

É importante mencionar que Josefa Avelino guarda no arquivo da Associação documentos de várias naturezas, incluindo acervo fotográfico e mídias de jornal impresso, que também narram essa história e dão provas das ações e do percurso transcorrido pela ACREVI, tal qual este jornal que confirma seu reconhecimento pela PMM em 13 de novembro de 2007, oito anos depois do início do trabalho de Josefa, no ano de 1999:



Figura 39: Notícia no jornal *Gazeta do Oeste*. Fonte: Fotografia dos autores dos arquivos de Josefa Avelino.

Dentre os argumentos e dados que foram apresentados ao MPF, salienta-se a liderança feminina exercida por Josefa Avelino e Sandra Soares, ambas presentes na reunião virtual, bem como o protagonismo feminino realizado pelas mulheres da Associação. Josefa já recebeu inúmeros prêmios em reconhecimento ao seu trabalho com as mulheres e executa rotineiramente ações de incentivo e mobilização cultural, econômica e política para as mulheres da Associação.



Figura 40: Notícia no jornal *Gazeta do Oeste*. Fonte: Fotografia dos autores dos arquivos de Josefa Avelino.



Figura 41: Equipe de Futebol Feminino. Fonte: Fotografia dos autores dos arquivos de Josefa Avelino.

Ainda para corroborar a relevância social, política, econômica, cultural e ambiental da ACREVI, foi mencionado o trabalho de

educação ambiental que é prestado pela Associação, realizando palestras e apresentações para universidades e para escolas do ensino fundamental na cidade de Mossoró-RN.



Figura 42: Fotografia “Educando para a vida”. Créditos: Arquivo de Josefa Avelino.

Finalmente, após apreciação dos termos do convênio e assuntos da pauta impetrados pela parte requerente, foram destacadas as dificuldades na realização do trabalho da ACREVI, que é de extrema relevância para o cumprimento da legislação nacional referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei 12.305/10, que integra a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e se articula com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007. Além da Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que define os serviços públicos e as atividades essenciais para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e que tem a coleta seletiva como instrumento primordial.

Neste momento foi facultada a palavra a Josefa e Sandra, que relataram as dificuldades pretéritas e atuais para a realização deste serviço que é prestado de forma voluntária pelas catadoras e pelos catadores da ACREVI, uma vez que não são reconhecidos pela PMM como prestadores de serviço e não são contratados para realizarem o trabalho, recebendo seus rendimentos pela venda dos materiais a atravessadores.

Nota-se que a pandemia veio acentuar as dificuldades políticas e econômicas que a grande maioria da população, a gente do povo, sempre vivenciou nas aspirações à sua dignidade e na defesa de seus direitos de cidadania.



Figura 43: Notícia no jornal *Gazeta do Oeste*. Fonte: Fotografia dos autores dos arquivos de Josefa Avelino.

Para o sociólogo Boaventura de Souza Santos,⁵ o cenário que a pandemia desencadeia é muito mais que o medo caótico generalizado, ela deflagra os principais modos de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Boaventura de Sousa Santos⁶ defende a concepção de que a situação de pandemia não é uma crise isolada desconhecida pela sociedade globalizada. A conjuntura provocada pela disseminação do vírus havia se instaurado desde a implantação do neoliberalismo, que submeteu o mundo à lógica do setor financeiro e a um permanente estado de crise. O que há de novo na crise atual é que ela naturaliza a “normalidade da exceção” e se transforma no argumento para justificar outros conflitos e a degradação da vida.

5 Santos (2020).

6 Id. *ibid*.

Como método de apresentação dos dados, empregou-se a tradução enquanto meio para realizar o trabalho de descrição e compreensão das palavras de Josefa Avelino e Sandra Soares. A tradução preconizada por Boaventura de Sousa Santos⁷ estabelece um compromisso ético e político com os sujeitos e seus lugares de fala, além de inventar epistemologias para dialogar com diferentes formas de conhecimento da humanidade e seus diferentes saberes.

7 Id. (2010).

7. INCLUSÃO DAS CATADORAS E DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS DE MOSSORÓ NO GRUPO PRIORITÁRIO DO PLANO DE VACINAÇÃO

No dia 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.⁸ No dia 11 de março de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, confirmou a ocorrência da pandemia em razão da amplitude mundial da propagação do novo coronavírus (SARS-CoV-2).⁹

8 Organização Pan-Americana da Saúde (2021).

9 SBMFC (2020).

No Brasil, foi declarado estado de calamidade pública (Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020) com a divulgação da adoção das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional (Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020), de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do vírus.¹⁰

10 Conselho Nacional do Ministério Público (2020).

Neste novo cenário, os riscos à saúde e a segurança das catadoras e dos catadores de recicláveis e reutilizáveis se sublinharam, pois a falta de estrutura adequada das unidades de triagem de resíduos e a falta de acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs) se somaram aos riscos de contaminação ou a propagação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) em razão dos riscos da doença (COVID-19), o que motivou a suspensão e/ou redução das atividades da ACREVI, no município de Mossoró-RN.

Acresce-se a essa preocupação os riscos associados às atividades das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, que, até o momento, poucos avanços têm alcançado na adequação das condições de segurança e de saúde ocupacional nas unidades de

triagem, assim como na inclusão social e na emancipação econômica desses prestadores de serviço, que são determinantes para diversas cadeias de reciclagem.¹¹

11 Idem.

As catadoras e os catadores de materiais recicláveis desempenham papel fundamental na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com ênfase na gestão integrada dos resíduos sólidos. De modo geral, estes atuam nas atividades de coleta seletiva, triagem, classificação, processamento e comercialização dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, contribuindo de forma significativa para a cadeia produtiva do tratamento de resíduos. A coleta seletiva é instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (art. 8º, III, da Lei 12.305/10).

A coleta seletiva e a triagem estão sujeitas às disposições legais e normativas aplicáveis ao saneamento básico e devem ser consideradas como *serviços ou atividades essenciais*, uma vez que consubstanciam medidas que visam, em última instância, à prevenção de doenças e à promoção da saúde, guardando estreita correlação com a necessidade de preservação do direito humano fundamental à qualidade de vida e à dignidade humana. O reconhecimento como serviço essencial também se ancora no fato de que tais atividades desempenham importante papel para a sustentabilidade ambiental, econômica e social urbana, concretizando objetivos previstos tanto na Política Nacional de Resíduos Sólidos como na Lei Federal de Saneamento Básico.¹²

12 Idem.

Destaca-se que a coleta de resíduos sólidos urbanos, a coleta seletiva e a reciclagem são atividades interdependentes e complementares que possibilitam economia no uso de recursos naturais e de insumos como água e energia, além de reduzir significativamente a disposição final de resíduos sólidos no solo e, conseqüentemente, a emissão de gases de efeito estufa. Todavia, o status e a marginalização social de catadoras e catadores os tornam invisíveis e excluídos de políticas municipais de gestão dos resíduos sólidos.

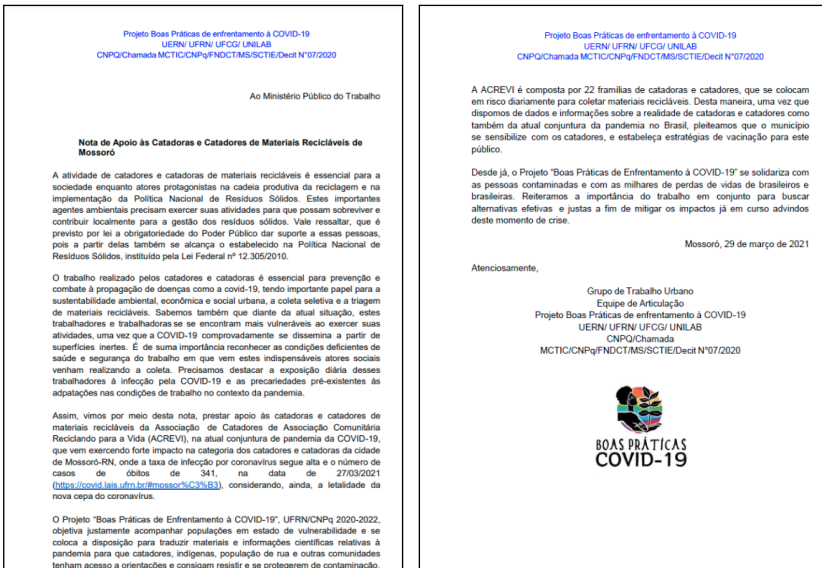
O novo coronavírus (SARS-CoV-2), de acordo com a Classificação de Risco dos Agentes Biológicos, publicada em 2017, pelo Ministério da Saúde, possui risco biológico da classe III (alto risco individual e moderado risco para a comunidade). Esta classe inclui os agentes

biológicos que possuem capacidade de transmissão por via respiratória e que causam patologias humanas ou animais potencialmente letais, para as quais existem usualmente medidas de tratamento e prevenção. Representam riscos se disseminados na comunidade e no meio ambiente, podendo se propagar de pessoa para pessoa.

Segundo o Portal da Fiocruz, estudo recente, publicado no *New England Journal of Medicine*, descobriu que o vírus é viável por até 72 horas em plásticos e aço inoxidável, 24 horas em papelão e quatro horas em cobre. A quantidade de vírus existentes nas superfícies vai diminuindo com o passar das horas, reduzindo o risco de contaminação.¹³

O cenário da pandemia do novo coronavírus e as características de atividade essencial da coleta seletiva reivindicam a necessidade de vacinação dos catadores e catadoras de recicláveis, em razão de que foi escrita uma nota de apoio endereçada ao Ministério Público do Trabalho e à Secretaria Estadual de Saúde, solicitando a formulação de estratégias para inclusão desses trabalhadores e trabalhadoras no grupo prioritário de vacinação do Município de Mossoró-RN (Figuras 44 e 45).

13 Fiocruz. CO-VID-19 (2020).



Figuras 44 e 45: Nota de Apoio às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis de Mossoró/RN. Fonte: Texto de autoria própria. Logo de Alinne Dayse.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, L. M. S. **Caracterização do processo de coleta seletiva realizada pelas associações de catadores de materiais recicláveis, Mossoró-RN**. 60 f. Monografia (Bacharelado em Gestão Ambiental), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Diretrizes técnicas e jurídicas para a coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis durante a pandemia**. Brasília: CNMP, 2020. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2020/DIRETRIZES_COLETA_SELETIVA_E_COVID.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.
- COSTA-NETO, E. **A coleta seletiva e a vida útil do aterro sanitário da cidade de Mossoró-RN**. 58 f. Monografia (Bacharelado em Gestão Ambiental), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Areia Branca, 2011.
- FIOCRUZ. COVID-19. **Perguntas e respostas: quanto tempo o coronavírus sobrevive em superfícies?** Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/quanto-tempo-o-coronavirussobrevive-em-superficies>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- NASCIMENTO, L. M. S. **Gerenciamento dos resíduos plásticos: uma análise das associações de catadores de Mossoró/RN**. 52 f. Monografia (Bacharelado em Gestão Ambiental), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2013.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Folha Informativa, COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 22 abr. 2021.
- SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E
COMUNIDADE (SBMFC). **OMS declara pandemia de
coronavírus**: o que isso significa? 2020. Disponível em: [https://
www.sbmfc.org.br/noticias/oms-declara-pandemia-de-coronavirus-
o-que-isso-significa](https://www.sbmfc.org.br/noticias/oms-declara-pandemia-de-coronavirus-o-que-isso-significa). Acesso em: 22 abr. 2021.

SOUZA, M. A.; LIMA, F. P. A.; VARELLA, C. V. S. A conformação social
do lixo e das tecnologias de triagem: o caso da transferência de
Centrais Mecanizadas de Triagem em São Paulo. **Revista Brasileira
de Gestão Urbana**, v. 13, e2020073, 2021. Disponível: [https://
www.scielo.br/pdf/urbe/v13/2175-3369-urbe-13-e20200073.pdf](https://www.scielo.br/pdf/urbe/v13/2175-3369-urbe-13-e20200073.pdf).
Acesso: 22 abr. 2021.

PARTE iv

Alguma Arte



PERFORMANCE POÉTICA: A DEUSA MÃE E SEU GURI

12

Tupinambá

Convidade do Projeto de Extensão Encontro de Saberes/UFRN

A performance retrata três personagens: Pai, Mãe e Filho

Filho – Pai deles que estás aí no céu, bem longe de nós que estamos aqui na Terra!

Sozinhos!!!

A Ti não pedimos nada!

Apenas que...

CÁLICE (FRAGMENTO)¹

Chico Buarque

Afasta de mim esse cale-se,

Afasta de mim esse cale-se,

De vinho tinto de sangue

Sangue preto, sangue pobre, sangue das ruas, sangue que passa frio, fome e desprezo.

O mesmo sangue que querem usar para os testes

Por que afinal de contas, o que valemos para esse sistema branco e capitalista

E me pergunto, por quê?

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RzlniinsBeY>. Acesso em: 7 maio 2021.

A carne (fragmento)²

Elza Soares

A carne mais barata do mercado é carne negra
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Dizem por aí

*A essa mulher me dirijo agora!
À divindade que pariu o mundo
Mãe que não estais aí nos céus, mas aqui conosco, na terra
Nas ruas, nas esquinas, na escuridão, na fome, no frio e no des-
prezo.
Que escolheu enviar seu filho pra preferia e não a grandes palá-
cios
Clamamos conte sua história.*

2 Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMocIXw>.
Acesso em: 7 maio 2021.

MEU GURI (FRAGMENTO)³

Chico Buarque

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando, não sei lhe explicar
Fui assim, levando, ele a me levar
E na sua meninice
Ele um dia me disse que chegava lá

Olha aí!
Olha aí!

3 Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=ELKpKwG4rzo>.
Acesso em: 7 maio 2021.

Olha aí!
Ai, o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega
Esse guri, somos nós...eu e você
Diga Guri, diga!

PELA LIBERDADE (FRAGMENTO)⁴

4 Hernández
(1979).

Miguel Hernández

Pela liberdade eu sangro, luto, eu continuo vivo.
Pela liberdade, meus olhos e minhas mãos,
como uma árvore carnal, generosa e cativa,
Eu dou cirurgias.

Pela liberdade sinto mais corações
Que batidas em meu peito: minhas veias espumam,
e eu entro nos hospitais, e entro nos algodões
como nos lírios.

Porque onde nascem bacias vazias,
ela vai colocar duas pedras de olhar para o futuro
e fará novos braços e novas pernas crescerem
na carne picada.

A seiva alada brotará sem outono
reliquias do meu corpo que perco a cada ferida.
Porque eu sou como a árvore derrubada, que rebento:
porque ainda tenho vida.

SONHO IMPOSSÍVEL⁵

Maria Bethânia

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo, cravar esse chão
Não me importa saber se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão

5 Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=9--MWT-hEFA>.
Acesso em: 7 maio 2021.

PROCESSO DA ARTISTA

Quando a professora Ana me convidou para essa performance, logo me veio o desejo de retratar uma nova relação de fé que tenho desenvolvido com a Deusa Mãe. Por muitos anos, fui de igrejas tradicionais e evangélicas e dediquei boa parte da minha vida a essa religião, tornei-me missionária em uma igreja de visão “inclusiva”, onde, durante o meu processo de transição e percepção enquanto uma pessoa trans, sofri transfobia de duas pastoras lésbicas, já que a instituição aceitava gays e lésbicas, mas enquanto

travesti fui considerada promíscua demais e meu comportamento foi comparado à prostituição. Enfim, essa performance foi a negação desse deus branco, cis-heteronormativo e de classe média criado pelo capitalismo eurocêntrico, e adoração à Deusa, mãe que não está nos templos, mas nas ruas, nas cruzes levantadas nessa cidade para condenar os mais fracos e vulneráveis, daqueles com os e as que também me faço parte.

REFERÊNCIA

HERNÁNDEZ, M. **Obra poética completa**. Tradução de Projeto Encontro de Saberes. Madri: Zero, 1979.

LISTA DE CONTRIBUIÇÕES

Alinne Dayse Dantas da Cunha Silva é estudante do curso de Design Gráfico na Universidade Potiguar (UnP) e do curso de Comunicação social – Publicidade e Propaganda na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro da 59mil, empresa júnior do curso de Publicidade e Propaganda na UFRN, e bolsista no projeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará” como diretora de arte. E-mail: alinnedayse99@gmail.com

Ana Gretel Echazú Böschemeier é feminista, mãe, pesquisadora e tradutora. Tem Graduação, Mestrado e Doutorado em Antropologia e Pós-Doutorado em Saúde Coletiva. Atualmente é professora adjunta no DAN/UFRN e coordenadora do projeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará”. É embaixadora do movimento Parent in Science. Trabalhou como bolsista de articulação em trabalhos dedicados à mulheres em situação de vulnerabilidade na Fiocruz e participou de projetos vinculados à UNESCO/UNTREF. Publicou livros e artigos com temas vinculados a saúde coletiva, corpo, gênero, direitos humanos, estudos da tradução, decolonialidade, metodologia e teoria antropológica. Faz parte do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC), da Rede *Feminismos, Cultura y Poder* e da rede de *Antropólogos/as Argentinos/as no Brasil*. E-mail: gretigre@gmail.com

Breno da Silva Carvalho é publicitário e antropólogo. Professor do Departamento de Comunicação Social (DECOM)/UFRN com foco em comunicação e cultura digital; escrita e redação publicitária; linguagens publicitárias – online, offline e audiovisual; antropologia do consumo e das organizações; metodologia da pesquisa e produção de conhecimento. É coordenador adjunto do projeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará”. Integra o grupo de pesquisa Observatório de Tendências em Publicidade (OBTEP). É vice-coordenador do Curso de Publicidade e Propaganda. Atuou no Centro Universitário Social da Bahia (UNISBA, 2013-2019) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA) como professor substituto em Teoria Antropológica (2010-2012). Trabalhou em diversas empresas de comunicação em Salvador/Bahia – algumas delas com atuação nacional. E-mail: brenosc@uol.com.br

Davi Campos da Cruz Vieira é graduando em Direito pela UFRN, é fluente em inglês e com razoável conhecimento em francês, além de nativo da língua portuguesa. Suas áreas de interesse incluem: Ciência Política, Direito Internacional Público, mais especificamente Direitos Humanos e Relações Internacionais. Extensionista no Projeto Motyrum – Núcleo Escritório Popular, na Consultoria Jurídica Júnior (CONSEJ) e Diretor da Simulação de Organizações Internacionais (SOI) – Comitê Organização Internacional do Trabalho (OIT). Membro do núcleo Escritório Popular do Projeto Motyrum – Educação Popular em Direitos Humanos. Apoiador do MNPR/RN. Bolsista de apoio à difusão do conhecimento/projeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará”. E-mail: davicampos201@gmail.com

Enaira Liany Bezerra dos Santos é graduanda em Gestão Ambiental pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Possui experiência na área de Gestão de Resíduos e Gestão Urbana. E-mail: enairasantos@alu.uern.br

Fídias Cavalcanti Freire é pesquisador e tradutor do projeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará”, bacharelando em Ciências Sociais pela UFRN, onde é tradutor do Projeto de Extensão RECânone e coordenador de um grupo de estudos em filosofia da linguagem e sociologia política. E-mail: phidias1350@gmail.com

Ingrid Lorena de Siqueira Dantas é estudante de Letras/Inglês da UFRN, foi professora bolsista no Instituto Ágora e atualmente é tradutora do projeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará”, bem como tradutora voluntária no Projeto de Extensão RECânone. E-mail: ingrid.lorena.dantas.016@ufrn.edu.br

Janeusa Trindade de Souto possui Graduação em Farmácia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 1994), Mestrado (1997) e Doutorado (2001) em Imunologia Básica e Aplicada pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP/USP) e Pós-Doutorado pela Universidade de Glasgow, na Escócia, Reino Unido (2006-2007). É professora titular do Departamento de Microbiologia e Parasitologia do Centro de Biociências da UFRN. E-mail: janeusatsouto@gmail.com

Jenipher Alyssa de Lima Silva é graduanda em Letras LIBRAS/Língua Portuguesa pela UFRN. Foi professora bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID Letras LIBRAS/Língua Portuguesa da UFRN, bem como foi monitora no projeto de ensino intitulado “Aprendendo sobre diferença e desigualdade com pessoas surdas: um diálogo necessário” para as turmas de Ciências Sociais na UFRN. Foi aluna voluntária no projeto de extensão Encontro de Saberes na UFRN, dedicando-se à tradução dos materiais audiovisuais (LIBRAS-Português). Atualmente participa no projeto de pesquisa-intervenção participativa projeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará”, bem como é monitora voluntária no projeto de extensão Saúde em LIBRAS: A Universalização do Atendimento da UFRN. E-mail: jenipher.alyssa2@gmail.com

Jorge Díaz Fuentes é biólogo e escritor dissidente sexual. Curvou Bacharelado em Ciências Biológicas na Pontifícia Universidade Católica do Chile (2008) e Doutorado em Bioquímica (2015) na Universidade do Chile. Sua pesquisa científica foca na área biomédica, especialmente na migração celular de modelos de câncer e astrócitos. Atualmente está finalizando uma pesquisa pós-doutoral sobre os efeitos moleculares da inflamação sobre células nervosas na Faculdade de Medicina da Universidade do Chile. Seu trabalho realiza cruzamentos transdisciplinares de escrita junto a práticas artísticas e o ativismo de dissidência sexual. Tem publicado em várias plataformas vinculadas à poesia, biologia e à cultura queer. Seu último livro publicado é *Olhos que não veem* (2019), uma pesquisa transdisciplinar sobre a cegueira coproduzida com a fotógrafa Paz Errázuriz. Em 2019 participou de uma residência no Laboratório Cênico de Experimentação Social (LEES) de Havana, Cuba, onde trabalhou com um grupo de teatrólogas e artistas sobre a ideia de “contágio”. Durante a pandemia da COVID-19, realizou duas oficinas e um curso sobre metáforas biológicas e produções de dissidência sexual, tentando conectar a linguagem da biologia e do vírus com o mundo artístico e social. Uma delas teve lugar no Sindicato de Atores de Chile (SIDARTE) e a outra no Teatro “A memória”. O curso “Metáforas biológicas e produções de dissidência sexual para compreender o vírus” foi ministrado entre agosto e dezembro de 2020 no programa de Doutorado em Estudos Interdisciplinares da Universidade de Valparaíso. E-mail: jorgediazfuentes1@gmail.com

José Vanilson Torres é cordelista e coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e também coordenador do mesmo movimento no Estado do Rio Grande do Norte (MNPR/RN). Representa o MNPR no Conselho Nacional de Saúde e no CIAMP-Rua (Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua) do Rio Grande do Norte. É coordenador do Fórum de Defesa da População em Situação de Rua, em Natal. E-mail: josevanilsontorres@gmail.com

Karlla Christine Araújo Souza possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB). Atualmente é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS/UFRN). É professora adjunta IV no Departamento de Ciências Sociais e Política (DCSP/UERN) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN), onde exerce a função de coordenadora. É integrante do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo (GECOM) e do Grupo de Pesquisa Mythos-Logos: religião, mito e espiritualidade. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: saberes populares e tradicionais, poéticas da oralidade, memória e cotidiano, sociologia, educação e formação de professores, transdisciplinaridade e imaginário. E-mail: karlla_chris@yahoo.com.br

Luanda Luz (Mirnaiane Aglaia de Almeida) é produtora musical, compositora e cantora profissional. Natural da Bahia, viveu em situação de rua em Natal. Integra o MNPR/RN desde 2015, participando de eventos e ações junto às mulheres em situação de rua. Participa do Projeto Mulherio RN Mais Saudável. E-mail: luandaluz.1984@gmail.com

Maria Betânia Ribeiro Torres é licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade Frassinetti do Recife (1989), mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UERN (2003), doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Professora adjunta IV da UERN, Faculdade de Ciências Econômicas/Departamento de Gestão Ambiental. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Atua na área de Sociologia Ambiental, construindo uma agenda de pesquisas sobre educação ambiental, cuidado ambiental, escolas sustentáveis, êxito escolar, autobiografia ambiental, sofrimento ambiental, habitus socioambiental, cidade e natureza, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, gênero e agricultura familiar, agroecologia. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Ambiental (GEGA). E-mail: betaniatorres@uern.br

Maria das Vitorias de Araújo é estudante do curso de Letras/Língua Portuguesa/LIBRAS na UFRN, iniciou sua trajetória na área da inclusão no ano de 2013 e continua até os dias atuais. Trabalhou no Departamento de Assistência à Saúde do Servidor — DAS como recepcionista e atuava também na área da acessibilidade, fazendo o levantamento e mapeamento do quantitativo de servidores com deficiência no âmbito da UFRN. De 2018 a 2019, estagiou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) na inclusão de pessoas surdas e pessoas cegas. Atualmente participa do projeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará”. E-mail: maria.vitorias.araujo.089@ufrn.edu.br

Maria Jeaniele da Silva Evangelista Dutra é graduanda em Letras/LIBRAS/Língua Portuguesa pela UFRN. Atuou como tradutora intérprete educacional de LIBRAS/Português em um projeto estadual pela SUESPE, como também foi tradutora intérprete voluntária no projeto de extensão Encontro de Saberes “Mini Glossário Colaborativo de Libras sob perspectiva Feminista e Antirracista” na UFRN. Atualmente é estagiária no IFRN, atuando na função de tradutora intérprete de LIBRAS/Português e é bolsista no projeto de pesquisa-intervenção participativa Bprojeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará”, atuando como tradutora intérprete de LIBRAS/Português. E-mail: jeanieleufrn@gmail.com

Maria Teresa Nobre é professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. Psicóloga, mestre e doutora em Sociologia, com pós-doutorado na mesma área. Participa do Grupo de Pesquisa “Gentileza – Política, Produção de Subjetividades e Práticas de Resistência”. Desenvolve trabalhos de pesquisa-intervenção junto aos campos das políticas públicas, direitos humanos e movimentos sociais. Suas pesquisas e estudos se voltam aos temas das relações de poder e práticas de resistência, gênero, cidades e etnografias urbanas. Membro do Conselho Consultivo do Centro de Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDH/UFRN). Apoiadora do Movimento da População de Rua desde 2013. E-mail: tlnobre@hotmail.com

Matheus Rios Silva Santos é psicólogo e Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN (PP-GPsi/UFRN). Participa do Grupo de Pesquisa “Modos de Subjetivação, Políticas Públicas e Contextos de Vulnerabilidades”, no qual vem desenvolvendo pesquisas junto ao Movimento Nacional da População de Rua. É apoiador do MNPR desde 2016. Tem interesse nas áreas de Psicologia Social, Psicologia da Libertação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Decolonialidade. E-mail: matheusrssantos@gmail.com

Nathalia Maíra Cabral é estudante de Letras/Inglês da UFRN e possui formação prévia em Ciências Biológicas (bacharel e licenciatura), além de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Bioquímica, especificamente na área biologia molecular e genética. E-mail: nathaliamaíra@gmail.com

Pingréwaoga Béma Abdoul Hadi Savadogo é socioantropólogo, membro e pesquisador do Núcleo Amanar da Casa das Áfricas, Coletivo de pesquisa, formação e promoção de conhecimento, cultura e arte relacionados ao continente africano e pesquisador associado I do Instituto de Estudos da África da Universidade Federal de Pernambuco (IEAf-UFPE). É doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Mestre em Terapia Ocupacional Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP), gradou-se em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Bamako (Mali – África do Oeste). Atua nos seguintes temas: Pós-Colonialismo na África; África em diálogo com as Alteridades; Juventude africana; Mobilidade estudantil de africanos; História da África; Religiosidade e Cidadania cultural; Islã; Ética e Responsabilidade Social; Burkina Faso e Mali. E-mail: savadogohadi@gmail.com

Teka Potyguara reside em Monsenhor Tabosa, Ceará, trabalhando na agricultura desde sempre, e atualmente atuando como diretora da escola Indígena Povo Caceteiro. Lutou pela demarcação do território (36 aldeias). Lutou pela oficialização da língua Tupi/Nheengatu em Monsenhor Tabosa junto à Câmara dos

Vereadores e à Prefeitura. Trabalhou durante uma temporada na Amazônia junto ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com indígenas Aikewara do Sul do Pará e com indígenas Deni do rio Xerua, município de Itamaraty - Katukina, e no rio Biá, município de Jutai, prelaia de Tefé, ambos no Amazonas. Ainda no Amazonas, trabalhou na área de educação com os indígenas yanomami no município de Santa Izabel da Cachoeira. Em Manaus, cursou Antropologia na Universidade Politécnica Salesiana (UPS), onde aprendeu antropologia e espanhol. Realizou Pós-Graduação em Língua e Literatura em Espanhol pela Universidade Vale do Acaraú. Faz parte dos movimentos em nível estadual como Apoinme-Apib, e movimento potyguara, dentro do qual é uma das lideranças. Organizou um Polo Base pela Sesai, contribuindo na organização dos pajés, parteiras, rezadores e benzedores. Compôs várias músicas. E-mail: teresinhapereira1951@gmail.com

Tupinambá é uma pessoa preta, gorda e travesti *non binary*, cantora, escritora, youtuber, boleira, formada em Canto Popular pela ETEC de Artes do Estado de São Paulo. Estudante de Ciências Sociais, bolsista do Tirésias – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa de Gênero e Sexualidades e participante do Encontro de Saberes da UFRN. E-mail: contato.guus@gmail.com

Vinicius Claudino Chaves, também conhecido por Vini ou Iniv. Atualmente cursa Licenciatura em Artes Visuais na UFRN, mas possui interesse também nas áreas de design gráfico, ilustração e quadrinhos. Define-se como propenso à experimentação, sempre observando e testando diversos formatos de expressão, de modo que seus trabalhos possuem uma certa variedade, seja no estilo, nos materiais que usa, nas texturas, nas cores etc. Acredita que a similaridade esteja na poética que gosta de colocar nas suas peças. Sempre tenta aplicar seus conhecimentos em suas produções, sejam frutos das suas experimentações ou adquiridos ao longo do curso. E-mail: viniciusclaudine@gmail.com

Yanka Araújo Lima possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente é mestranda em Ciências Sociais e Humanas pelo PPGCISH, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN. E-mail: yankalima@alu.uern.br

Yure Mendes Souto é estudante do curso de Publicidade e Propaganda na UFRN e atua no projeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará” como redator bolsista. O discente trabalhou em parceria com os demais colegas na elaboração da identidade visual, dos conceitos de missão, visão e valores do projeto e participou ativamente em outras produções. E-mail: yure-souto1@gmail.com

Esta obra foi desenvolvida pela Áporo Editorial em 2022 e seu projeto gráfico foi desenvolvido para leitura em meios digitais.